



**ATA 3 - 27 DE FEVEREIRO DE 2018**

**PLANO DE SITUAÇÃO NA ZONA DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL COMPREENDIDA ENTRE A LINHA DE BASE E O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL PARA ALÉM DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS, COM EXCEÇÃO DAS ZONAS DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL ADJACENTES AOS ARQUIPÉLAGOS DA MADEIRA E DOS AÇORES COMPREENDIDAS ENTRE AS LINHAS DE BASE E O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL ATÉ ÀS 200 MILHAS MARÍTIMAS**

## **COMISSÃO CONSULTIVA**

### **TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, teve lugar, nas instalações da Direção-Geral de Política do Mar, na Rua Alfredo Magalhães Ramalho, 6, em Algés, a terceira reunião da comissão consultiva que apoia e acompanha o desenvolvimento do plano de situação na zona do espaço marítimo nacional compreendida entre a linha de base e o limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, com exceção das zonas do espaço marítimo nacional adjacentes aos arquipélagos da Madeira e dos Açores compreendidas entre as linhas de base e o limite exterior da plataforma continental até às 200 milhas marítimas, estabelecida pelo Despacho n.º 11494/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 201, de 14 de outubro de 2015.

A reunião foi presidida pelo Diretor-Geral de Política do Mar, Doutor Ruben Eiras, e contou com a participação dos representantes das entidades mencionadas no n.º 2, do artigo 2.º e das entidades convidadas a participar nos termos do n.º 7 do artigo 2.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Anexo I do Despacho n.º 11494/2015, e identificados na lista de presenças constante no Anexo I e que faz parte integrante desta ata.

A reunião decorreu de acordo com ordem do dia com ponto único de agenda a apresentação do projeto de plano de situação.

O Diretor-Geral de Política do Mar deu as boas vindas aos presentes, fez o enquadramento da reunião e salientou a importância do ordenamento do espaço marítimo nacional enquanto processo que promove a proteção ambiental, o aproveitamento sustentável dos

recursos naturais a coesão territorial e a inclusão social. Destacou o papel da comissão consultiva para a melhoria do plano de situação a apresentar para consulta pública.

A Subdiretora-Geral da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimo (DGRM), Dr.<sup>a</sup> Isabel Ventura, fez um enquadramento do projeto de plano de situação e correspondente relatório ambiental tendo evidenciado a importância do mar português e do ordenamento do espaço marítimo para o desenvolvimento do país.

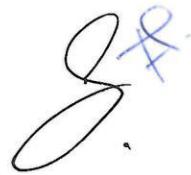
Salientou que o plano de situação apresentado constitui um ponto de partida e que os contributos das entidades que integram a comissão consultiva são fundamentais para o resultado final. Realçou a dinâmica deste instrumento de ordenamento do espaço marítimo nacional e apresentou os princípios e objetivos do plano de situação.

O Diretor Regional dos Assuntos do Mar, representante da Região Autónoma dos Açores (RAA), Doutor Filipe Porteiro, usou da palavra para evidenciar alguns aspetos necessários para integrar uma visão conjunta do ordenamento do espaço marítimo nacional referindo expressamente o entendimento e diálogo com a DGRM neste domínio. Deu nota dos trabalhos que a RAA está a desenvolver sobre plano de situação e da colaboração na correspondente avaliação ambiental. Evidenciou o desenvolvimento de um projeto financiado pela União Europeia neste âmbito em, parceria com as Regiões Autónomas da Madeira e das Canárias (*MarSP - Macaronesian Maritime Spatial Planning*). Apresentou igualmente o ponto de situação sobre o desenvolvimento do geoportal para a RAA.

O Eng.<sup>o</sup> José Manuel Marques, Diretor de Serviços de Ambiente e Sustentabilidade da DGRM fez a apresentação dos trabalhos desenvolvidos no contexto da elaboração do plano de situação, designadamente dos grupos de trabalho criados para o efeito, e das consultas efetuadas com alguns setores, designadamente a pesca.

Referiu-se ao desenvolvimento do geoportal de suporte ao ordenamento do espaço marítimo bem como ao sítio da internet onde se encontra disponível informação relevante sobre o plano de situação. Destacou igualmente a criação de um logotipo enquanto imagem de identificadora do plano de situação.

Discriminou os volumes que compõem o plano de situação e salientou a visão de conjunto presente na sua elaboração evidenciando o diálogo com as regiões autónomas dos Açores e



da Madeira. Evidenciou a dinâmica do plano de situação e a atualização permanente que se pretende que o plano venha a ter, designadamente no que se relaciona com as ficas de usos e atividades.

O Anexo II compreende a apresentação de suporte à intervenção sobre o projeto de plano de situação, fazendo parte integrante desta ata.

O Arq. Henrique Tato Marinho fez uma apresentação sobre o sistema de informação geográfica subjacente ao projeto de plano de situação, referindo a colaboração de várias instituições no fornecimento de informação georreferenciada e serviços de mapas.

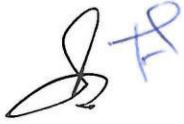
A Professora Fátima Alves, da Universidade de Aveiro, fez uma apresentação sobre o relatório ambiental e metodologia utilizada para a avaliação ambiental estratégica tendo evidenciado a visão de conjunto subjacente ao processo que comprehende todo o espaço marítimo nacional.

O Anexo III compreende a apresentação de suporte à intervenção sobre a avaliação ambiental projeto de plano de situação, fazendo parte integrante desta ata.

Na sequência das apresentações o Diretor-Geral de Política do Mar deu a palavra aos representantes da comissão consultiva tendo-se verificado as seguintes intervenções:

O representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Dr. Mário Silva, referiu que o ICNF foi chamado a participar em junho de 2016, no âmbito dos grupos de trabalho criados, tendo igualmente participado na segunda reunião plenária comissão consultiva, manifestando surpresa com a apresentação de um projeto de versão final de plano e correspondente relatório ambiental. Acrescentou que sendo o ICNF uma entidade com responsabilidades ambientais específicas deveria ter sido consultado no âmbito do processo de avaliação ambiental, designadamente sobre os fatores críticos de decisão e acompanhado o processo.

Na sua resposta o Diretor-Geral de Política do Mar e a Subdiretora da DGRM evidenciaram a possibilidade de participação e colaboração que agora se pretende dinamizar.



A representante do Instituto do Português do Mar e da Atmosfera, Doutora Ivone Figueiredo, questionou sobre os critérios adotados para a elaboração das fichas de usos e atividades, designadamente sobre os critérios de exclusão, e se os mesmos estão expressos na documentação do plano de situação.

O Eng.<sup>º</sup> José Manuel Marques, da DGRM, esclareceu que os critérios constam nas fichas e documentos que integram o plano de situação e que deverão ser objeto de análise e apreciação pela comissão consultiva.

O representante da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, Eng.<sup>a</sup> José Miguel Martins, manifestou igualmente a sua surpresa por não ter sido envolvido na elaboração da ficha de usos atividades relativa aos recursos energéticos no contexto dos grupos de trabalhos.

O Eng.<sup>º</sup> José Manuel Marques, da DGRM, esclareceu que as fichas foram elaboradas com o envolvimento necessário e os contributos das entidades em razão da matéria.

A representante da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, Dr.<sup>a</sup> Teresa Rafael, felicitou a DGRM pelo trabalho desenvolvido e referiu que o geoportal do plano de situação poderia ser integrado no Sistema Nacional de Informação sobre o Mar (SNIMAR), uma vez que este sistema já constitui o braço nacional do mar no sistema nacional de informação geográfica.

Dando continuidade à reunião o Diretor-Geral de Política do Mar referiu-se aos próximos passos dos trabalhos da comissão consultiva destacando o prazo de 30 dias para a emissão de parecer. Apresentou uma proposta de calendarização tendo evidenciado como datas de referência: i) a entrega do plano de situação e correspondente relatório ambiental no dia 2 de março; ii) o envio de toda a documentação para parecer da comissão consultiva no dia 5 de março de 2018; e iii) o final do prazo para emissão de parecer final da comissão consultiva no dia 17 de abril de 2018. Face ao prazo previsto para a emissão do parecer final referiu que seria oportuna a realização de uma reunião da comissão consultiva no dia 19 de março e outra reunião imediatamente antes do final do prazo previsto.

O Anexo IV comprehende a apresentação sobre os próximos passos dos trabalhos da comissão consultiva, fazendo parte integrante desta ata.

Antes do encerramento da reunião foi aprovada e assinada a ata de segunda reunião plenária da comissão consultiva, realizada a dez de janeiro de dois mil e dezassete e que já tinha sido objeto de consensualização por todas as entidades.

Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a reunião.

O Presidente da Comissão Consultiva

Ruben Eiras



O secretário

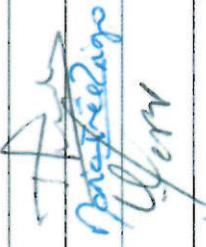


Paulo Machado

PLANO DE SITUAÇÃO NA ZONA DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL COMPREENDIDA ENTRE A LINHA DE BASE E O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL PARA ALÉM DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS, COM EXCEÇÃO DAS ZONAS DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL ADJACENTES AOS ARquipéLAGOS DA MADEIRA E DOS AçORES COMPREENDIDAS ENTRE AS LINHAS DE BASE E O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL ATÉ ÀS 200 MILHAS MARÍTIMAS

### COMISSÃO CONSULTIVA - TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA - 27 DE FEVEREIRO DE 2017 - 14:30 H

#### LISTA DE PRESENÇAS

Nome	Entidade	e-mail	Telefone	Assinatura
Ruben Eiras	DGPM (Presidente)	jorge.carmo@dgpm.mam.gov.pt		
Jorge Oliveira e Carmo	DGPM	jorge.carmo@dgpm.mam.gov.pt		
Conceição Santos	DGPM	conceicao.santos@dgpm.mam.gov.pt		
Paulo Machado	DGPM	paulo.machado@dgpm.mam.gov.pt		
Inês Trigo	DGPM	ines.trigo@dgpm.mam.gov.pt		
Jorge Manuel Guerreiro	DGAM [AMN]	jorge.manuel.guerreiro@marinha.pt		
Ana Paula Rodrigues	DGEg (Representante)	ana.paula.rodrigues@ctes.pt		
José Miguel Martins	ENMC (Efetivo)	jmm@enmc.pt		
Rita Silva	ENMC	rita.silva@enmc.pt		
Mário Silva	ICNF (Efetivo)	Mario.Silva@icnf.pt		
Miguel Henriques	ICNF (Suplente)	Miguel.Henriques@icnf.pt		

Ivone Figueiredo <i>(Representante)</i>	<b>IPMA</b> ifigueiredo@ipma.pt	<i>Silva</i>
Catarina Zogheb <i>(Representante)</i>	<b>TP</b> catarina.zogheb@turismodeportugal.pt	<i>Catarina Zogheb</i>
Pedro Barros <i>(Efetivo)</i>	<b>DGPC</b> pbarros@dgpc.pt	Ausência justificada
João Carlos Silva do Nascimento <i>(Efetivo)</i>	<b>GNR</b> nascimento.jcs@gnr.pt	<i>JCS</i>
Benjamim Pereira <i>(CM Esporão)</i> <i>(Efetivo)</i>	<b>CIMCávado</b> benjamimpereira.presidente@gmail.com	<i>Benjamim Pereira</i>
Isaac Filipe Serrão Braga <i>(CM Vila do Conde)</i> <i>(Representante)</i>	<b>AMPorto</b> <i>presidente@jg-uhlocole.pt</i>	<i>150 - 38</i>
Fernando Caçolo <i>(CM Ilhavo)</i>	<b>CIMRAveiro</b> presidente.cm@cm-ilhavo.pt	<i>Fernando Caçolo</i>
Ana Carvalho <i>(CM Figueira da Foz)</i> <i>(Representante)</i>	<b>CIMRCoimbra</b> ana.carvalho@cm-figfoz.pt	
Diogo Alves Mateus <i>(CM Pombal)</i> <i>(Suplente)</i>	<b>CIMRLerira</b> presidente@cm-pombal.pt	
Henrique Bertino <i>(CM Peniche)</i> <i>(Efetivo)</i>	<b>CIMOeste</b> henrique.bertino@cm-peniche.pt>	<i>Henrique Bertino</i>
Nuno Mascarenhas <i>(CM Sines)</i> <i>(Efetivo)</i>	<b>CIMA Lentejo Litoral</b> gabinete.apolo@mun-sines.pt	<i>Nuno Mascarenhas</i>
Henrique Santos <i>(Representante)</i>	<b>Docapesca</b> henrique.santos@docapesca.pt	
Filipe Porteiro <i>(Efetivo)</i>	<b>RA Açores</b> Filipe.JM.Porteiro@azores.gov.pt	<i>Filipe Porteiro</i>

		RA Madeira (Efetivo)	manueloliveira.sra@gov-madeira.pt	Ausência justificada
Manuel Ara Gomes Oliveira	AP Madeira Castelo	AP Douro, Leixões e Viana do Castelo	antonio.mimoso@apdl.pt	<i>António Mimoso</i>
António Mimoso Rodrigues Lopes	AP Lisboa	AP Sines e do Algarve	T Pereira@portodelisboa.pt eduardo.bandeira@apsinesalgarve.pt	<i>Teresa Sá Pereira</i>
Eduardo Bandeira	EMEPC	IH (Representante)	teresa.rafael@emepc.mam.gov.pt Franco.Leitao@hidrografico.pt	<i>Eduardo Bandeira</i>
Teresa Rafael	DGRM	DGRM	isabelv@dgrm.mm.gov.pt>	<i>Franco Leitão</i>
Franco Leitão	DGRM	DGRM	jmarques@dgrm.mam.gov.pt	<i>Isabel Ventura</i>
Isabel Ventura	DGRM	DGRM	asimao@dgrm.mam.gov.pt	<i>José Manuel Marques</i>
José Manuel Marques	DGRM	DGRM	atcastro@dgrm.mm.gov.pt	<i>Ana Paula Simão</i>
Ana Paula Simão	DGRM	DGRM		<i>Ana Castro</i>
Ana Castro	DGRM	DGRM		<i>Aida Silva</i>
Aida Silva	DGRM	DGRM		<i>Ana Soares</i>
Ana Soares	DGRM	DGRM	accosta@dgrm.mm.gov.pt	<i>Ana Cristina Costa</i>
Ana Cristina Costa	DGRM	DGRM	acouto@dgrm.mm.gov.pt	<i>André Couto</i>
André Couto	DGRM	DGRM	ateixeira@dgrm.mm.gov.pt	<i>António Teixeira</i>
António Teixeira	DGRM	DGRM	eafonso@dgrm.mm.gov.pt	<i>Edgar Afonso</i>
Edgar Afonso	DGRM	DGRM	edias@dgrm.mm.gov.pt>	<i>Elisabete Dias</i>
Elisabete Dias	DGRM	DGRM	hmarinho@dgrm.mam.gov.pt	<i>Henrique Tato Marinho</i>
Henrique Tato Marinho				<i>Henrique Tato Marinho</i>

			João Góis
Joana Otero	DGRM		
Cristina Borges	DGRM	cborges@dgrm.mn.gov.pt	
Emilia Batista	DGRM	ebatista@dgrm.mn.gov.pt	
Bárbara Duque	DGRM	barbarad@dgrm.mn.gov.pt	
Luis Duarte	DGRM	lduarte@dgrm.mn.gov.pt	
Fátima Alves	UAveiro	malves@ua.pt	
Lisa Sousa	UAveiro	lisos@ua.pt	
Margarida Costa	APPA	Margarida.costa@appla.pt	
Joana Bustorff	APPA	joana.bustorff@appla.pt	
Carla Pereira	PONI	carla.pereira@dgpm.mn.gov.pt	
Alexandre Santos	DC-RM	Alexandre.Santos@dc-rm.pt	
Ana Rita Freitas	DC-RM	ana.rita.freitas@dc-rm.pt	
Sérgio Nolha Ferreira	DC-RM	sergio.nolha.ferreira@dc-rm.pt	
Maria Isidreia guerra	SEP		

**Ordenamento do Espaço  
Marítimo Nacional  
Plano de Situação**



**apresentação  
plano de situação**

- Continente
- Plataforma Continental além das 200m

**Comissão Consultiva  
reunião n.3 / 27 fev. 2018**



**dgrm**

## Espaço Marítimo Nacional - Visão



“ Um instrumento de desenvolvimento económico, social e ambiental, gestão espacial, de consolidação jurídica e de afirmação geopolítica de Portugal na bacia do Atlântico.

Dimensão do mar português

dgreen

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

# Espaço Marítimo Nacional – Princípios



- Abordagem ecossistémica
- Gestão integrada
- Abordagem precaucional
- Subsidiariedade
- Promoção da colaboração para uma governança responsável dos oceanos
- Valorização e fomento das atividades económicas
- Cooperação e coordenação regional e transfronteiriça
- Participação e simplicidade de percepção



dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## Espaço Marítimo Nacional – Objetivos

1. Contribuir para a **valorização do mar** na economia nacional, promovendo a exploração sustentável, racional e eficiente dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas, garantindo a salvaguarda do património natural e cultural do oceano.
2. Contribuir para a **coesão nacional**, reforçando a dimensão arquipelágica de Portugal e o papel do seu mar interterritorial.
3. Contribuir, através do ordenamento do espaço marítimo nacional, para o **ordenamento da bacia do Atlântico**.
4. Contribuir para o **reforço da posição geopolítica e geoestratégica** de Portugal na bacia do Atlântico como maior estado costeiro da EU.

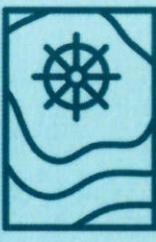


dgrem

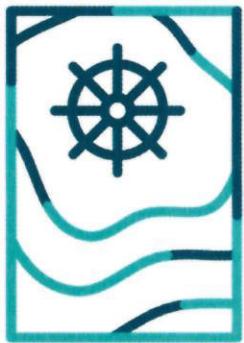
REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



## Espaço Marítimo Nacional – Objetivos



5. Garantir a **segurança jurídica e a transparência** de procedimentos na atribuição de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional.
6. Assegurar a **manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas**, prevenindo os riscos da ação humana e minimizando os efeitos decorrentes de catástrofes naturais e ações climáticas.
7. Assegurar a **utilização da informação disponível** sobre o espaço marítimo nacional.
8. Contribuir para o **conhecimento do oceano** e reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional.



Ordenamento do Espaço  
Marítimo Nacional  
Plano de Situação

# Trabalhos preparatórios



# Trabalhos preparatórios / Direito à participação

## 1. Site [www.psoem.pt](http://www.psoem.pt)



www.psoem.pt

APRESENTAÇÕES PÚBLICAS | ACOMPANHE O PSOEM

GEOPORTAL | APRESENTAÇÕES PÚBLICAS | ACOMPANHE O PSOEM

INÍCIO | SOBRE O PSOEM | ELABORAÇÃO | USOS E ATIVIDADES

## ORDENAMENTO DO MAR PORTUGUÊS

Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional

O PSOEM está em elaboração! Participe!

### Espacializar a economia do mar

O desenvolvimento da economia do mar pressupõe a apropriação do espaço. Espaço que é domínio público e como tal não pode ser alienado, mas que terá de ser disponibilizado para a instalação de actividades económicas que exijam fixação no espaço.

#### UTILIZAÇÕES MÚLTIPLAS

O Plano de Ordenamento do Mar é o resultado da articulação entre os interesses das diferentes autoridades competentes que gerem o espaço marítimo. O seu objectivo é garantir a eficiente utilização do espaço marítimo, respeitando os interesses legítimos das pessoas e das actividades que se realizam no mesmo.

#### PÁISAGEM MARÍTIMA

O conceito de paisagem marítima é "largo" e engloba a área de gestão marítima e terrestre que o Governo do Reino tem a competência para definir e gerir. A paisagem marítima é resultado da actividade humana e da sua interacção com o ambiente.

#### SUSTENTABILIDADE

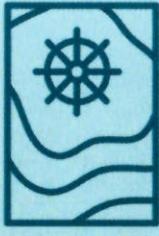
A sustentabilidade é essencial para a conservação e promoção do ambiente e dos recursos naturais. O Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional é um instrumento fundamental para garantir a sustentabilidade do espaço marítimo português.

dgmar

REPÚBLICA  
PORTUGUESA

MAR

# Trabalhos preparatórios / Logo



## Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação



## Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação



## Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação



dgrem  
DIRETÓRIO GERAL  
DE REGULAÇÃO E  
DE MONITORAÇÃO  
E CONTROLO DA  
ACTIVIDADE MARÍTIMA

## Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação



## Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação



[dgtm](#) | [Português](#) | [Inglês](#) | [Français](#) | [Español](#) | [中文](#) | [日本語](#) | [한국어](#) | [русский](#) | [العربية](#) | [ไทย](#) | [印地语](#) | [中文 \(简体\)](#) | [中文 \(繁體\)](#)

### Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação

Início Sobre Elaboração Usos e Atividades Condicionantes Mais Informação

Instrumento de ordenamento marítimo que permitirá à Administração emitir Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), garantindo a transparência e segurança jurídica.

Objetivos Principios orientadores Elementos documentais

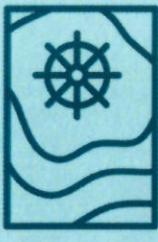
dgrem | [Português](#) | [Inglês](#) | [Français](#) | [Español](#) | [中文](#) | [日本語](#) | [한국어](#) | [русский](#) | [العربية](#) | [ไทย](#) | [印地语](#) | [中文 \(简体\)](#) | [中文 \(繁體\)](#)

**dgrem**

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

# Trabalhos preparatórios

## 2. Geoportal “Mar Português”



# Trabalhos preparatórios

## 3. Grupos de trabalho



- **GT 1 – Defesa, segurança e navegação**  
DGPM, DGRM, DGAM, GNR, IH e 5 representante dos Portos
- **GT 2 – Culturas marinhas de organismos vivos, biotecnologia**  
DGPM, DGRM, APA e do IPMA
- **GT 3 – Conservação da natureza e investigação científica**  
DGPM, DGRM, EMEPC, ICNF, IPMA, IH
- **GT 4 - Recursos minerais marinhos, recursos energéticos e energias renováveis, infraestruturas, e outros usos ou atividades de natureza industrial**  
DGPM, DGRM, DGEG, ENMC, EMEPC, IAPMEI, IPMA
- **GT 5 – Recreio, desporto, turismo, património cultural subaquático e afundamento de navios**  
DGPM, DGRM, DGAM, APA, DGPC, ICNF, GNR, Turismo Portugal, IPDJ
- **GT 6 – Imersão de dragados e manchas de emprésimo**  
DGPM, DGRM, APA, DGPC, IPMA e 5 representante dos Portos



## Trabalhos preparatórios / Direito à participação

### 4. Reuniões com os interessados

#### Sectores / Grupos de interesse:

- Pesca (15 reuniões com associações representantes da pesca local)
- Aquicultura
- ONG de Ambiente
- Biotecnologia azul
- Património cultural subaquático
- Atividades marítimo-turísticas

dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



dgmm

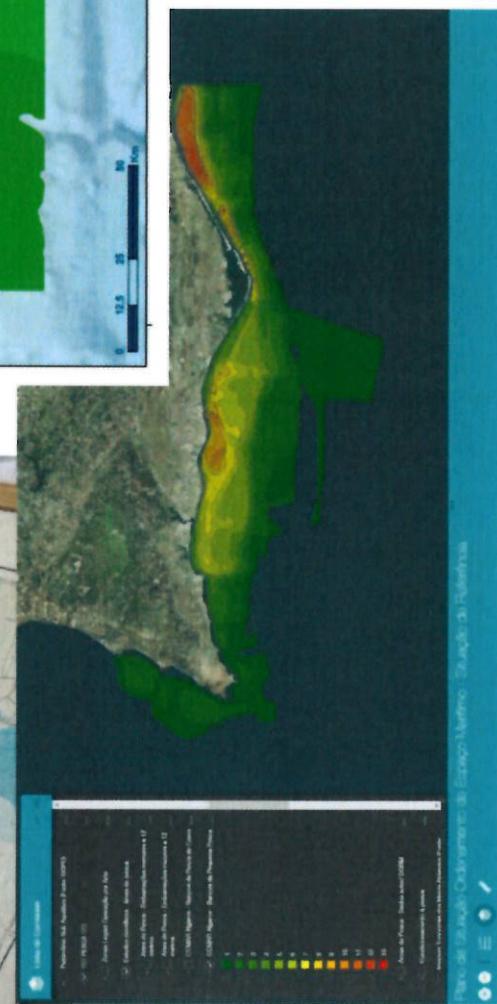
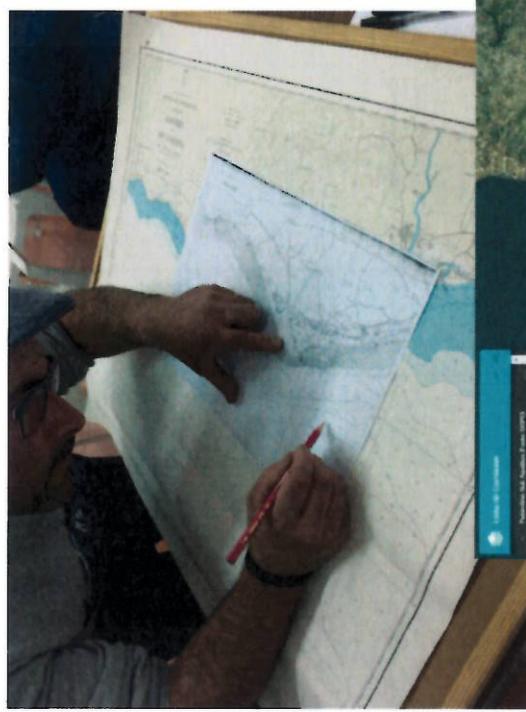
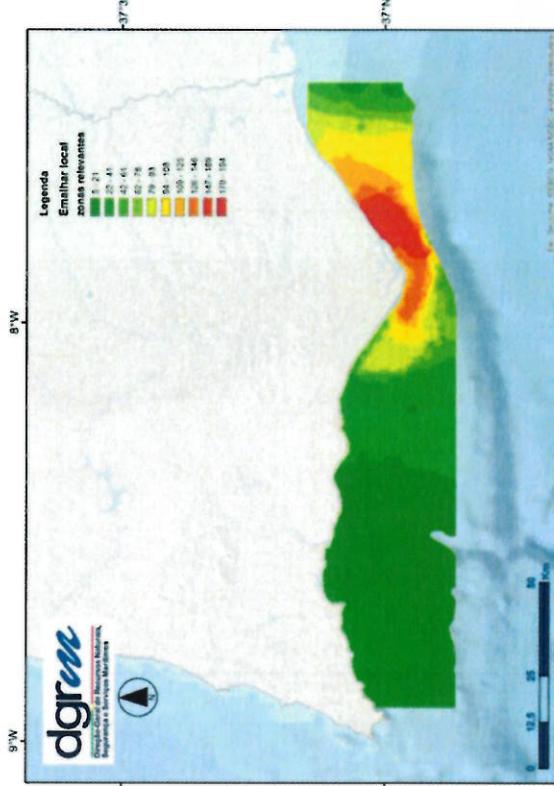
REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## Trabalhos preparatórios / Direito à participação Reuniões com representantes da Pesca





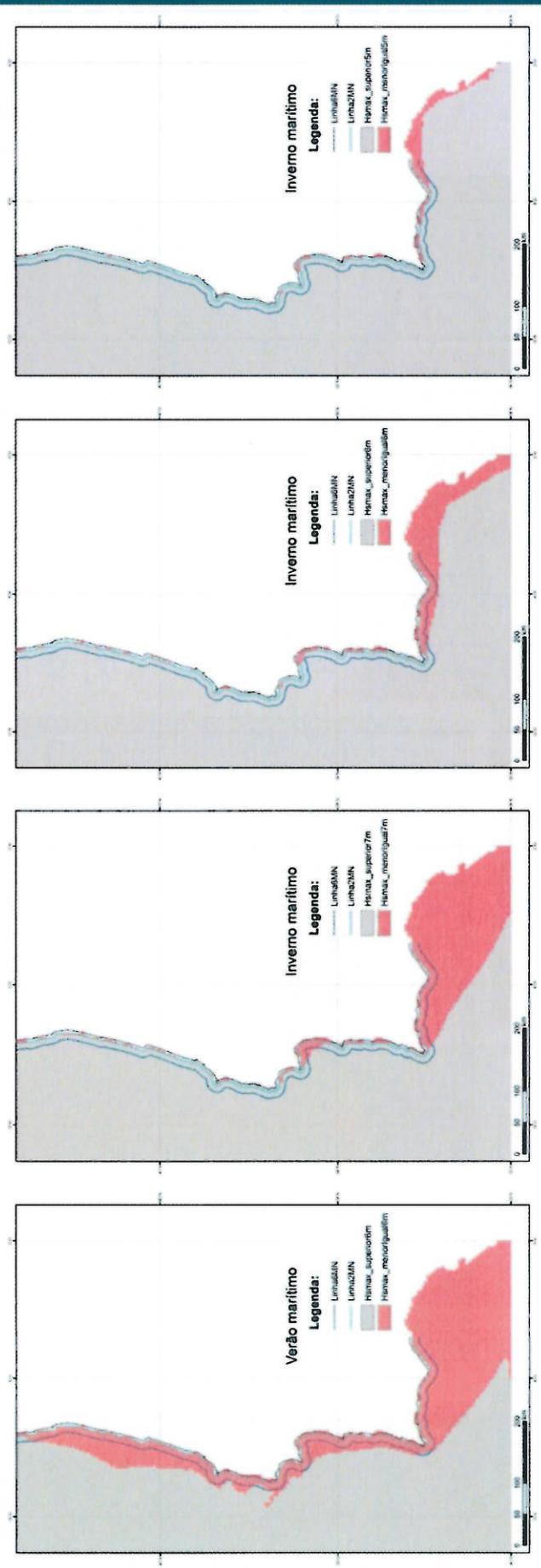
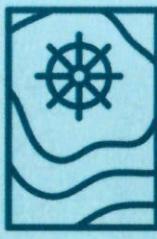
# Trabalhos preparatórios / Direito à participação Reuniões com representantes da Pesca



dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

# Estudos de agitação marítima (LNEC)



**Alturas de onda significativa máximas  
na costa continental portuguesa**



Ordenamento do Espaço  
Marítimo Nacional  
Plano de Situação

# Cartografia

dgram

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## Cartografia SIG-PSOEM

GeoPortal

[www.psoem.pt/geoportal\\_psoem/](http://www.psoem.pt/geoportal_psoem/)



- **Espacialização de serviços, usos e atividades no EMN**

- As **infraestruturas de informação geográfica** são fundamentais para a divulgação e implementação das políticas públicas e para a partilha de informação entre as entidades, organismos da administração pública e a sociedade civil.
- Para o Plano de Situação desenvolveu-se uma infraestrutura geográfica, bem como o correspondente Sistema de Informação Geográfica (**SIG-PSOEM**).

dgcmar





- **Sistema Inovador** de disponibilização de cartografia, sempre disponível na internet.

- Esta **nova ferramenta de Ordenamento do Território** possui as seguintes características gerais:

→ As camadas/temas são provenientes de diversas instituições e são fornecidos em **serviços de mapas** da internet (ex: DGRM, IH, APA, IPMA, ICNF, EMODNET, OSPAR, GEBCO, ...)

## Cartografia SIG-PSOEM

GeoPortal

[www.psoem.pt/geoportal\\_psoem/](http://www.psoem.pt/geoportal_psoem/)



- A Informação Geográfica está sempre **atualizada** no GeoPortal pelas fontes fornecedoras

- A Cartografia do Plano disponibilizada permanentemente na internet possui **responsabilidade partilhada** pelas diversas instituições produtoras

- O GeoPortal permite a **transparência** e **informação total** nos processos de atribuição de títulos para utilização privativa do espaço marítimo nacional (TUPEM)

dgram

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



Cartografia SIG-PSOEM

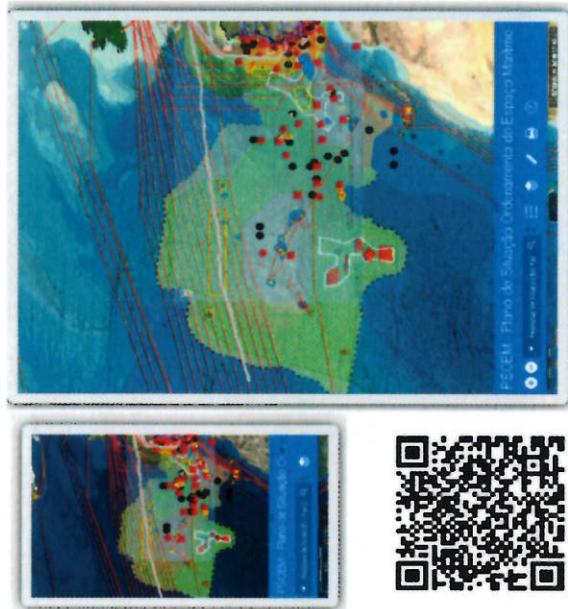
GeoPortal

[www.psoem.pt/geoportal\\_psoem/](http://www.psoem.pt/geoportal_psoem/)

- Abandono de cartografia em papel  
(desmaterialização total)

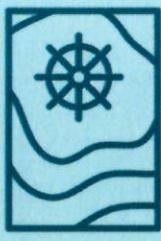
- Visualização de sobreposição de camadas / temas

- Novas metodologias de trabalho em ambiente desmaterializado e em qualquer suporte (telemóvel, tablet, ...)



dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



## Cartografia SIG-PSOEM GeoPortal

[www.psoem.pt/geoportal\\_psoem/](http://www.psoem.pt/geoportal_psoem/)



**dgtres**

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

Plano de Situação - Página inicial

# Cartografia GeoPortal

## Exemplos de Camadas (grupos)

- **Serviços e restrições administrativas**  
(separaçāo de tráfego marítimo, infraestruturas portuárias, ...)

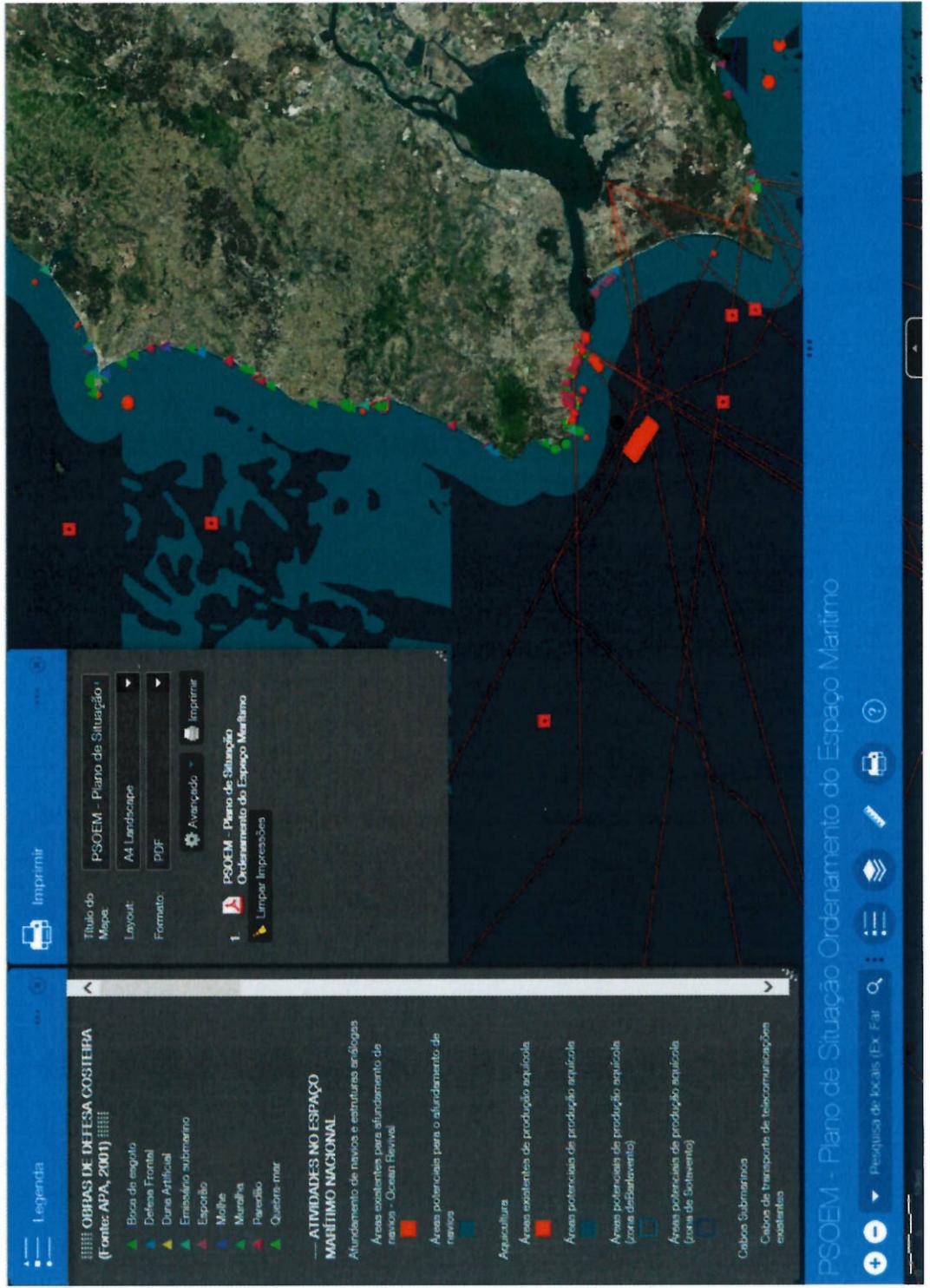
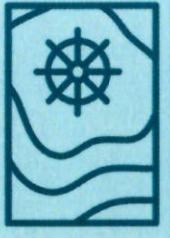


dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

# Cartografia

## Impressão da cartografia (em desenvolvimento)

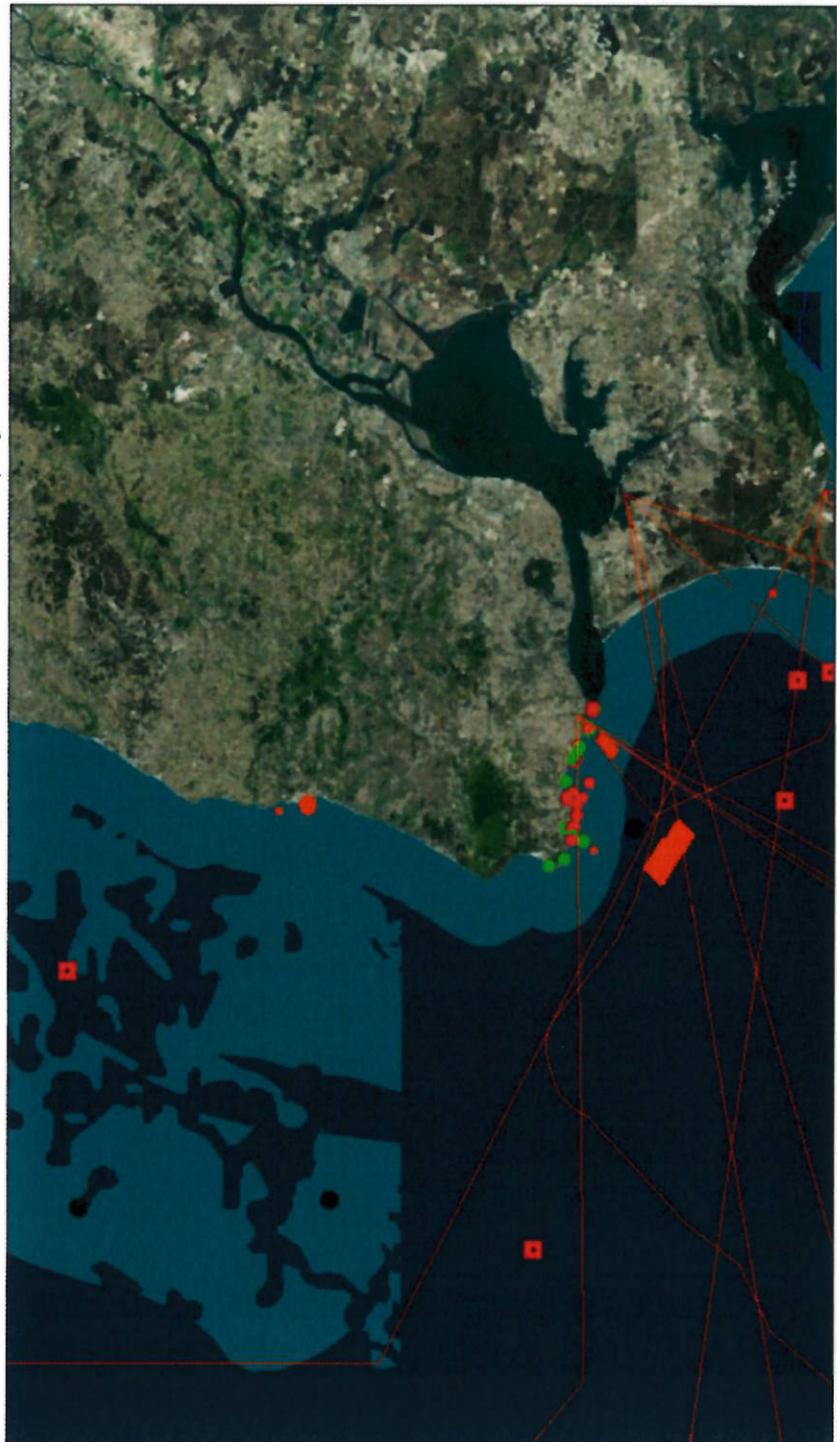


# Cartografia

## Exemplo de impressão



PSOEM - Plano de Situação Ordenamento do Espaço Marítimo



fevereiro 21, 2018

- Áreas existentes para afundamento de navios - Ocean Revival
- Áreas potenciais para o afundamento de navios
- Áreas existentes de produção aquícola
- Áreas potenciais de produção aquícola (zona de Barlavento)
- Áreas potenciais de produção aquícola (zona de Sotavento)

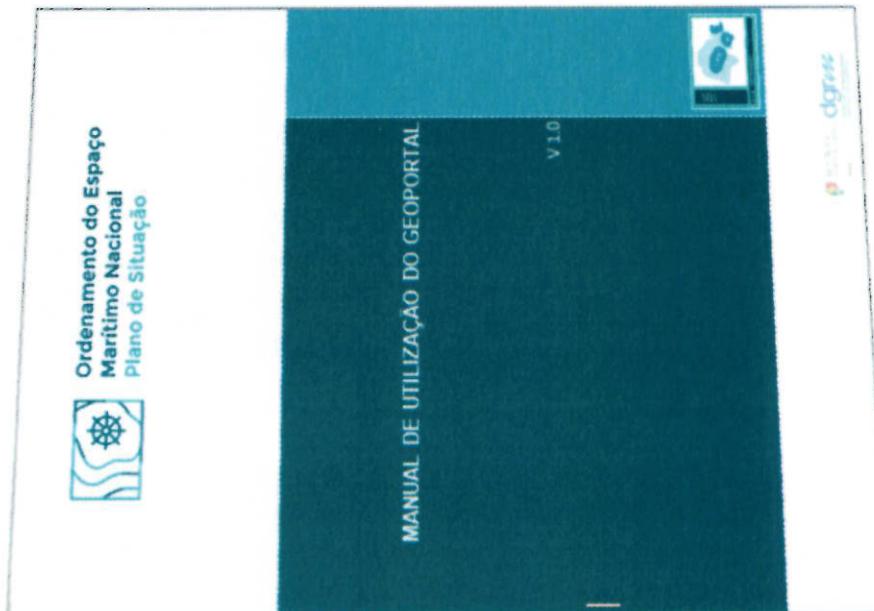
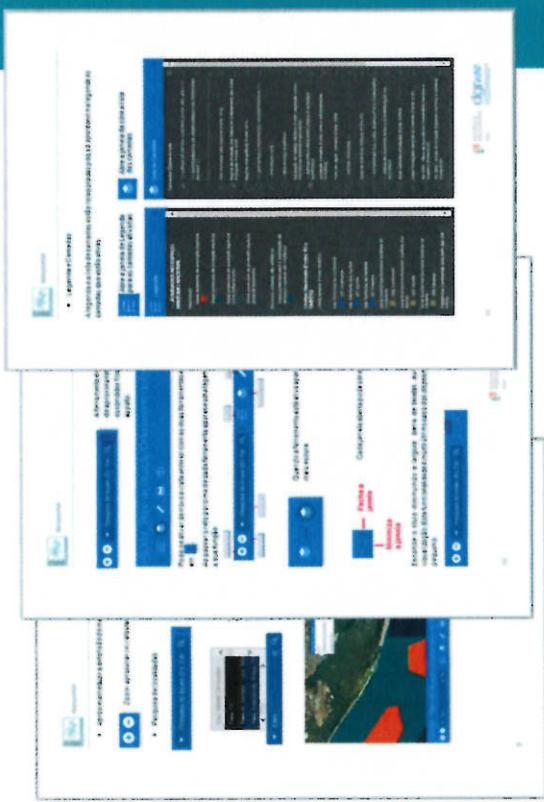
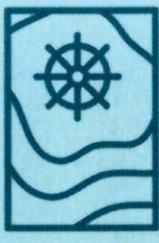
1:577 144  
0 5 10 20 Km  
0 5 10 20 m

Source: ERI, Databricks, Geodis, Benthos, Geograph, CNE/Marinha, DG-UEA, USGS, AEM, Gommap, Marinet, ION, OSP, Instituto, and the GRS User Community

Ministério do Mar  
DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Sustentabilidade e Serviços Marítimos

# Cartografia

## Manual de utilização do GeoPortal



### I – Acesso e funcionalidades gerais

### II – Integração e partilha dos serviços de mapas (ArcGis e Qgis)

dgcmar

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



Ordenamento do Espaço  
Marítimo Nacional  
Plano de Situação

# Elaboração

dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## Coordenação regional com os Açores e a Madeira

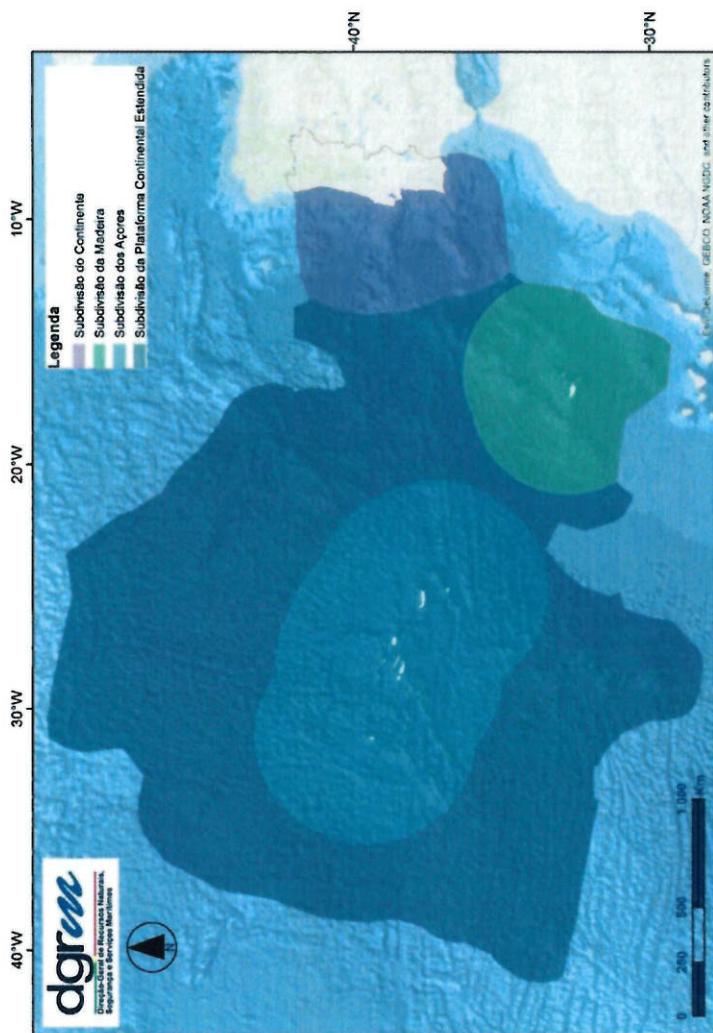


O plano de situação abrange todo o espaço marítimo nacional.

Durante os trabalhos de desenvolvimento do plano, foi dedicada ampla atenção à coordenação regional, com vista à coerência do exercício de ordenamento.



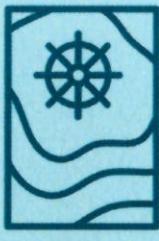
# Coordenação regional com os Açores e a Madeira



O Plano de Situação, elaborado pela DGRM, DROTA e DRAM, tem por base as subdivisões da DQEM.



# Estrutura do plano



O documento do Plano de Situação está organizado em 5 volumes:

- 🌐 **VOLUME I**  
**ENQUADRAMENTO, ESTRUTURA E DINÂMICA**
- 🌐 **VOLUME II**  
**METODOLOGIA GERAL DE ESPACIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES**
- 🌐 **VOLUME III**  
**ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO POR SUBDIVISÃO**
- 🌐 **VOLUME IV**  
**RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO POR SUBDIVISÃO**
- 🌐 **VOLUME V**  
**RELATÓRIO AMBIENTAL**

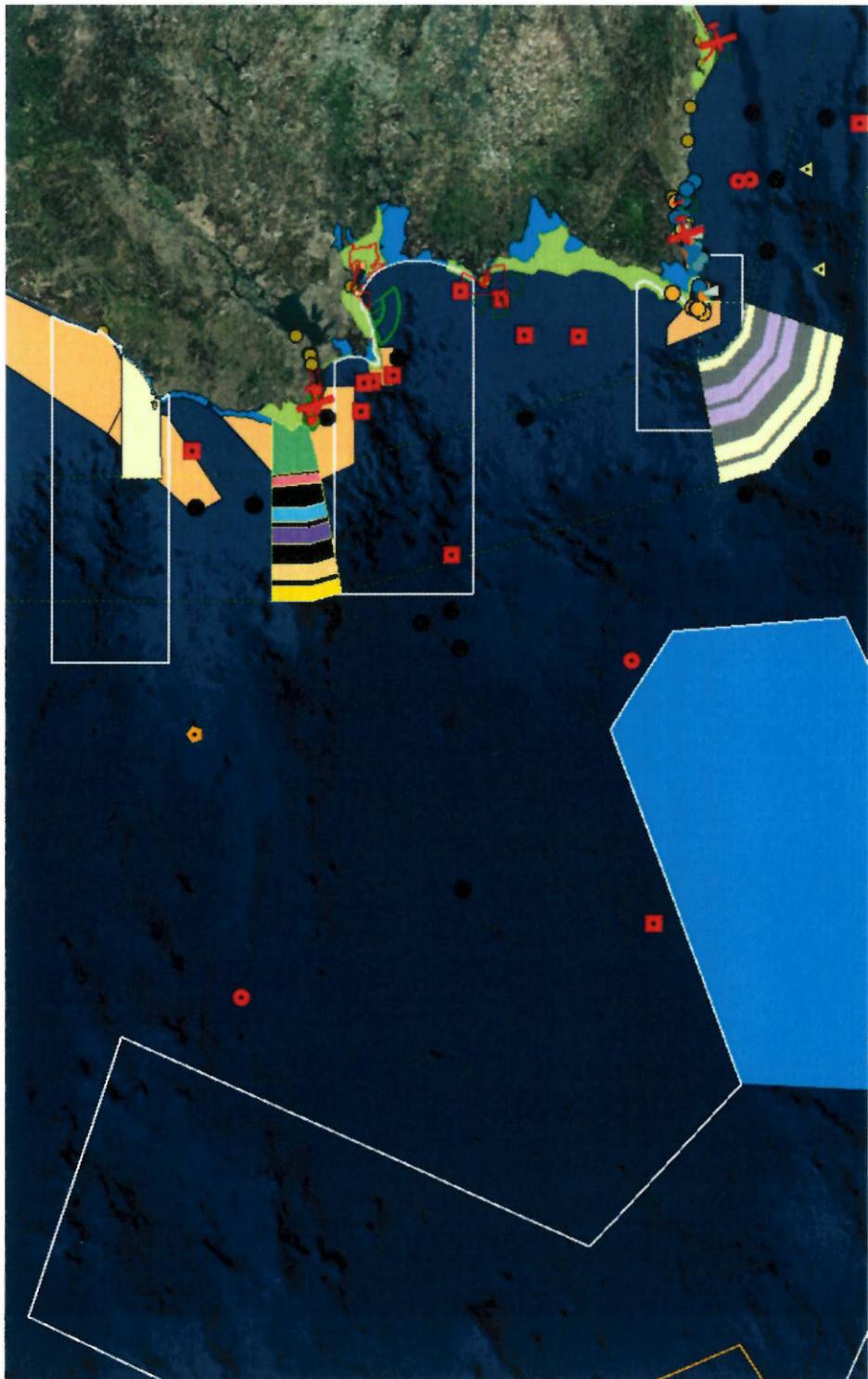


## Continente - Serviços / Restrições Administrativas



dgmar

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



# Continente - Serviços / Restrições Administrativas



## A.5.3 CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

OBRAS DE DEFESA COSTEIRA

(Fonte: APA, 2001)

- ▲ Bocas de engrado
- ▲ Defesa Frontal
- ▲ Duna Artificial
- ▲ Erradicação submerso
- ▲ Esportivo
- ▲ Molhe
- ▲ Marinha
- ▲ Piscícola
- ▲ Quilombo



ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

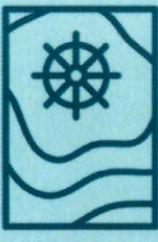


Figura A.5.3 Áreas Marinhas Protegidas (Fonte - ICNF)  
[http://webgis.dgmar.marin.gov.pt/areas\\_ga/gazetteer/obrigatoria/index.htm?id=99ab648c5704ef1b517fc0f84d](http://webgis.dgmar.marin.gov.pt/areas_ga/gazetteer/obrigatoria/index.htm?id=99ab648c5704ef1b517fc0f84d)

Figura A.6-1 –Obras de defesa costeira (fonte APA, I.P.)



# Continente - Serviços / Restrições Administrativas



subdivisão do continente e a subdivisão da plataforma continental estendida são feitas por vários cabos submarinos. O Plano de Comunicações o procedeu à sua identificação (Figura A.5-9).<sup>11</sup>

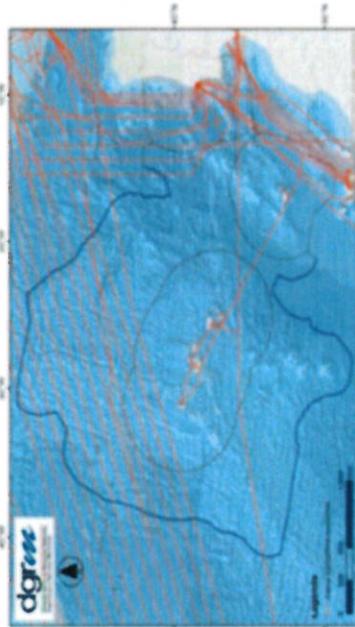
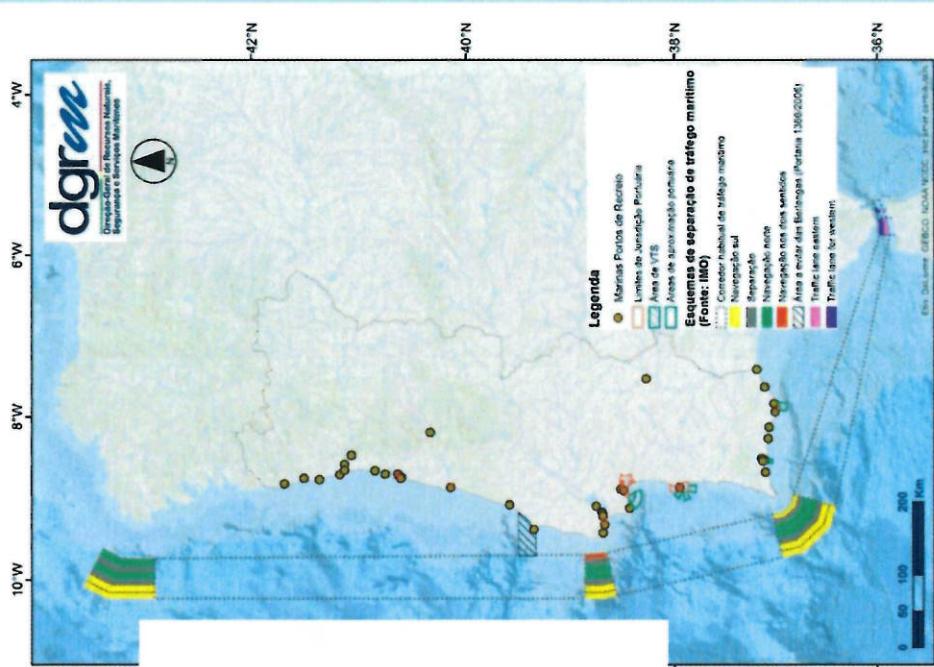
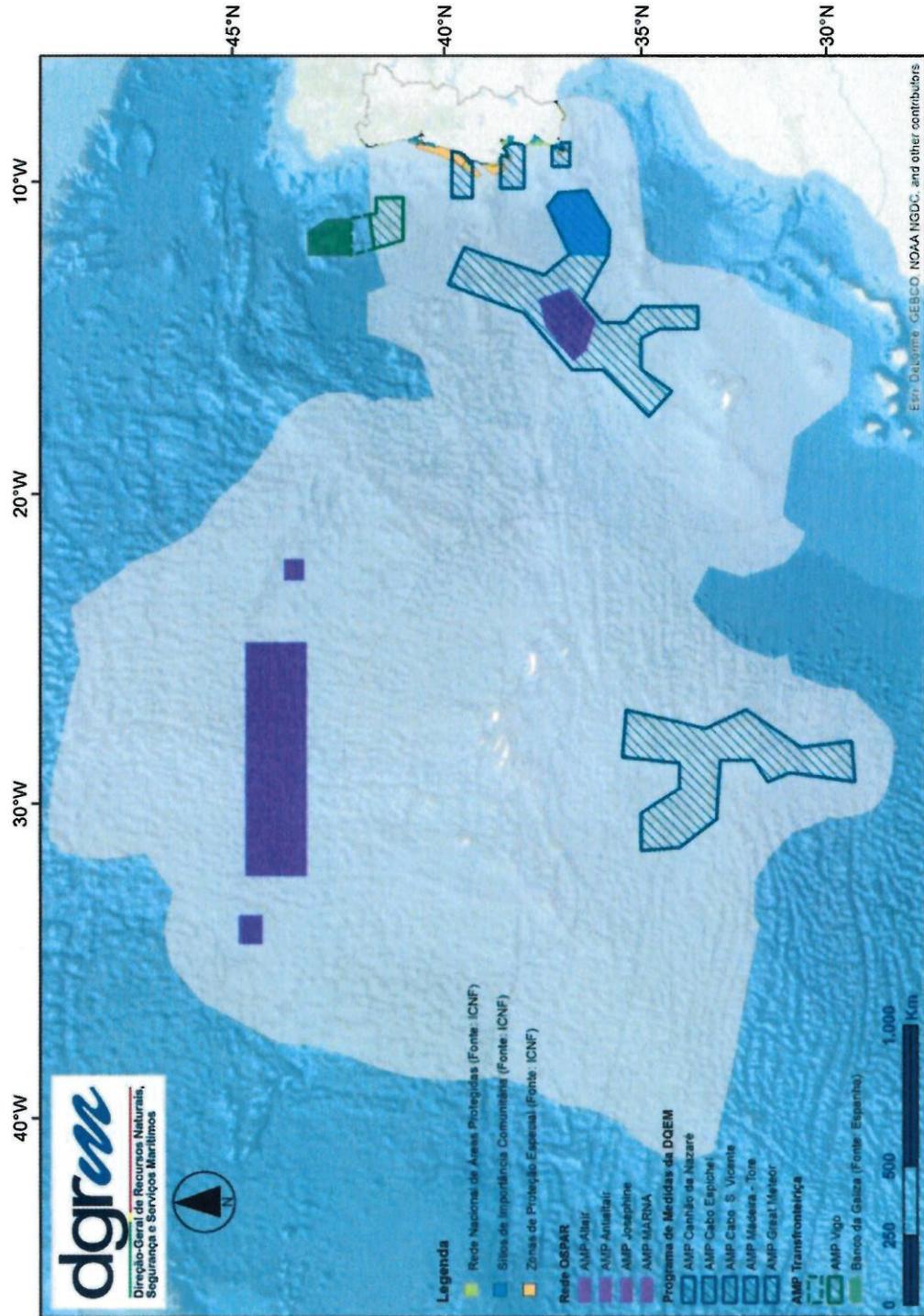


Figura A.5-12 Cabos submarinos<sup>11</sup>

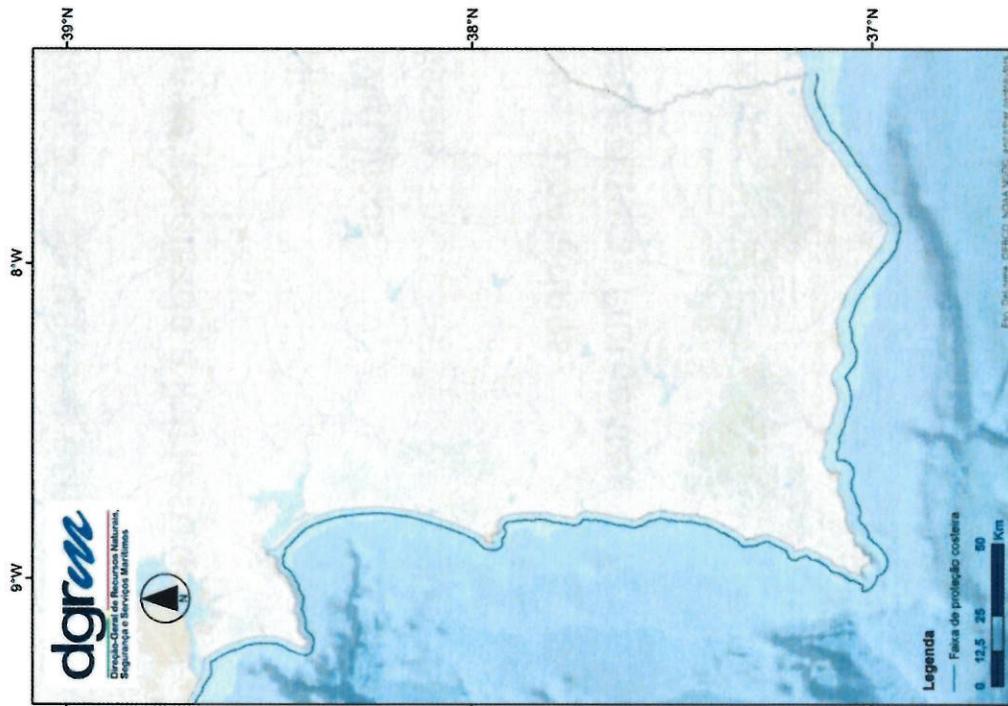
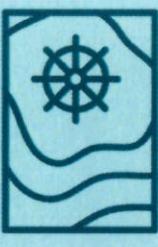


# Serviços / Restrições Administrativas



Eco Datacentre CEBCO NOAA NGDC, and other contributors

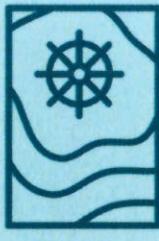
# Continente - Zonas de salvaguarda da orla costeira



dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## Atividades (Continente)



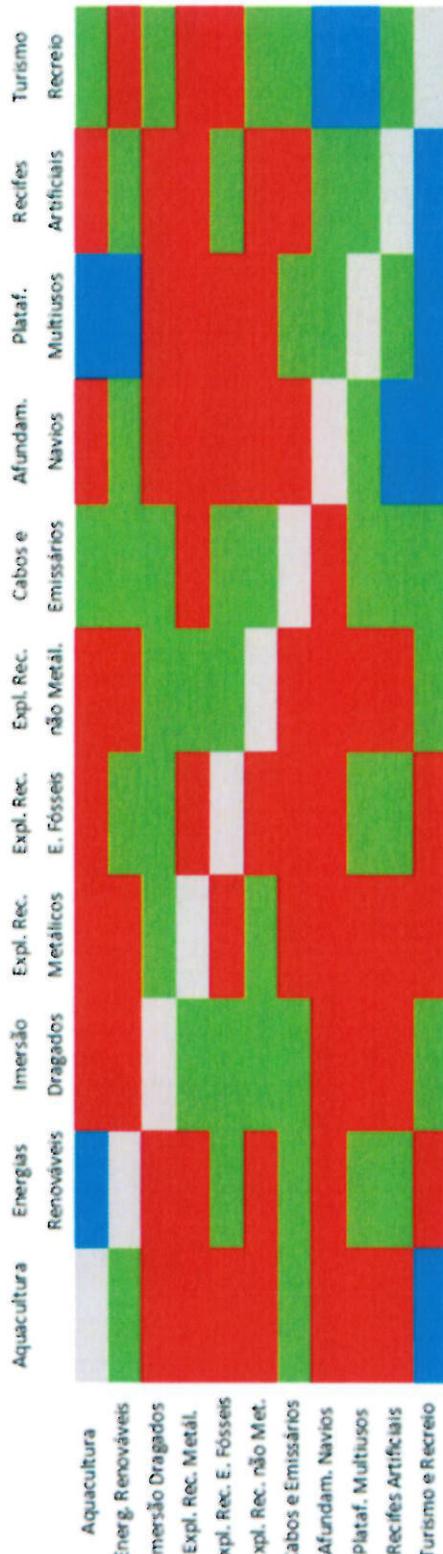
**14 fichas detalham a especialização de usos e atividades:**

- 1C – Aquicultura e Pesca quando associada a infraestruturas
- 2C – Biotecnologia Marinha
- 3C – Recursos Minerais Metálicos
- 4C – Recursos Minerais Não Metálicos
- 5C – Recursos Energéticos Fósseis
- 6C – Energias Renováveis
- 7C – Cabos, ductos e emissários submarinos
- 8C – Plataformas Multiusos e Estruturas Flutuantes
- 9C – Investigação Científica
- 10C – Recreio, Desporto e Turismo
- 11C – Património Cultural Subaquático
- 12C – Imersão De Dragados
- 13C – Afundamento de navios e outras estruturas
- 14C – Armazenamento Geológico de Carbono

# Atividades Compatibilidades/sinergias (Continente)

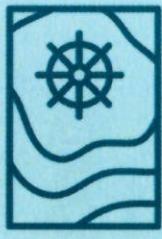


**Tabela A.4-1** Potenciais compatibilidades, incompatibilidades e sinergias entre utilizações privativas em espaço marítimo nacional (subdivisão Continente)



Incompatibilidade
Compatibilidade
Sinergia

dgrm



# Fichas de atividades – exemplo

## Ficha 8C – Plataforma Multiusos e Estruturas Flutuantes

**8C - Plataforma Multiusos e Estruturas Flutuantes**

**8C.1 - Introdução**

Este tipo de estrutura é destinada ao armazenamento de hidrocarbonetos, gás natural, petróleo e outras substâncias químicas, bem como ao fornecimento de serviços para a exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural.

**8C.2 - Descrição da estrutura**

A estrutura consiste num sistema de pilares e estruturas superiores que suportam uma estrutura de produção e armazenamento. A estrutura de produção inclui painéis de processamento, tanques de armazenamento e equipamentos de tratamento de fluidos. A estrutura de armazenamento inclui tanques de armazenamento e equipamentos de tratamento de fluidos.

**8C.3 - Operações realizadas**

O tipo de operação realizada é a exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural. As operações realizadas incluem a extração de hidrocarbonetos e gás natural, o processamento e armazenamento de hidrocarbonetos e gás natural, bem como a realização de operações de manutenção e reparo.

**8C.4 - Localização**

A estrutura está localizada no mar, em águas profundas, com uma profundidade média de 1000 metros. A estrutura está localizada numa área de exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural.

**8C.5 - Fotografia**

**8C.6 - Descrição das estruturas flutuantes**

As estruturas flutuantes são utilizadas para a exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural. As estruturas flutuantes incluem painéis de processamento, tanques de armazenamento e equipamentos de tratamento de fluidos.

**8C.7 - Operações realizadas**

O tipo de operação realizada é a exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural. As operações realizadas incluem a extração de hidrocarbonetos e gás natural, o processamento e armazenamento de hidrocarbonetos e gás natural, bem como a realização de operações de manutenção e reparo.

**8C.8 - Localização**

A estrutura está localizada no mar, em águas profundas, com uma profundidade média de 1000 metros. A estrutura está localizada numa área de exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural.

**8C.9 - Fotografia**

**8C.10 - Descrição das estruturas flutuantes**

As estruturas flutuantes são utilizadas para a exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural. As estruturas flutuantes incluem painéis de processamento, tanques de armazenamento e equipamentos de tratamento de fluidos.

**8C.11 - Operações realizadas**

O tipo de operação realizada é a exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural. As operações realizadas incluem a extração de hidrocarbonetos e gás natural, o processamento e armazenamento de hidrocarbonetos e gás natural, bem como a realização de operações de manutenção e reparo.

**8C.12 - Localização**

A estrutura está localizada no mar, em águas profundas, com uma profundidade média de 1000 metros. A estrutura está localizada numa área de exploração e produção de hidrocarbonetos e gás natural.

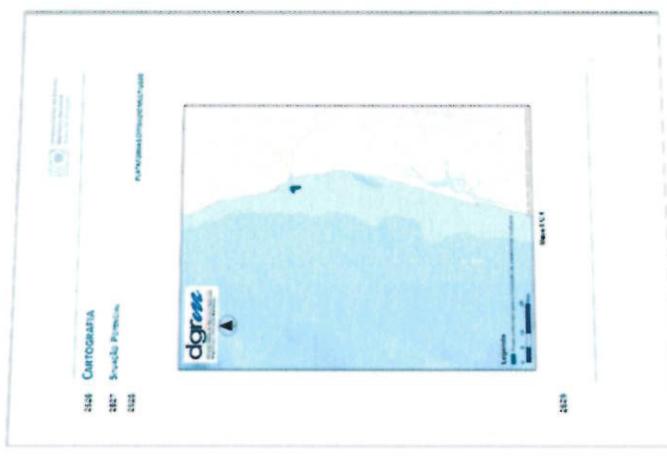
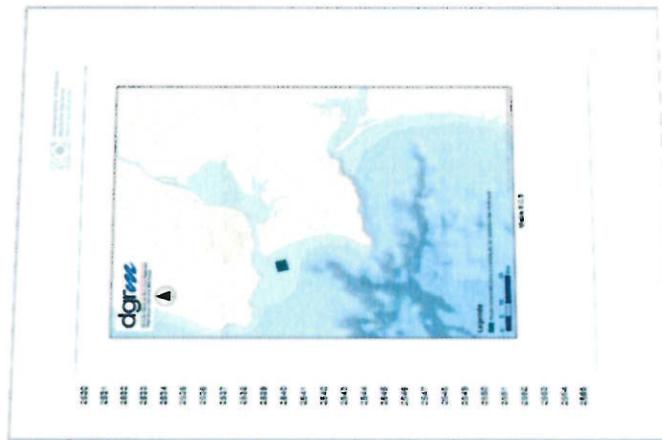
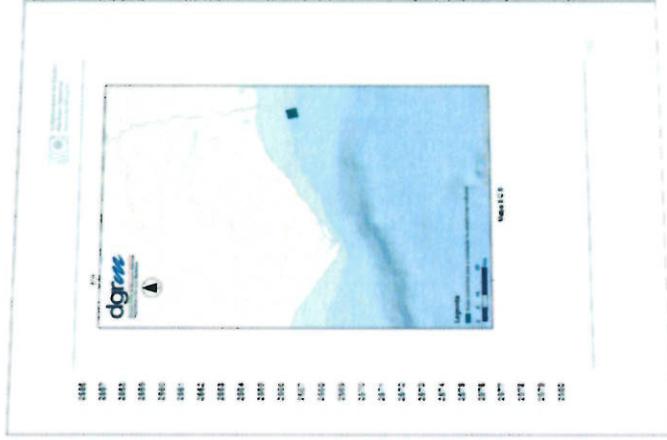
**8C.13 - Fotografia**

dgram



## Fichas de atividades – exemplo

### Ficha 8C – Plataforma Multiusos e Estruturas Flutuantes



dgMar

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



## Fichas de atividades – exemplo

### Ficha 1C – Aquicultura e Pesca quando associada a infraestruturas

#### FICHA 1C – AQUICULTURA E PESCA QUANDO ASSOCIADA A INFRAESTRUTURAS

ATIVIDADE/USO: Instalação de aquiculturas marinhas offshore

- Instalação de infraestruturas offshore para pesca

Subdivisão: Continente

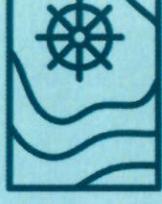
Unidade Funcional: Mar territorial e águas interiores marítimas, ZEE

Versão:	01a
Data da última atualização:	20.02.2018a

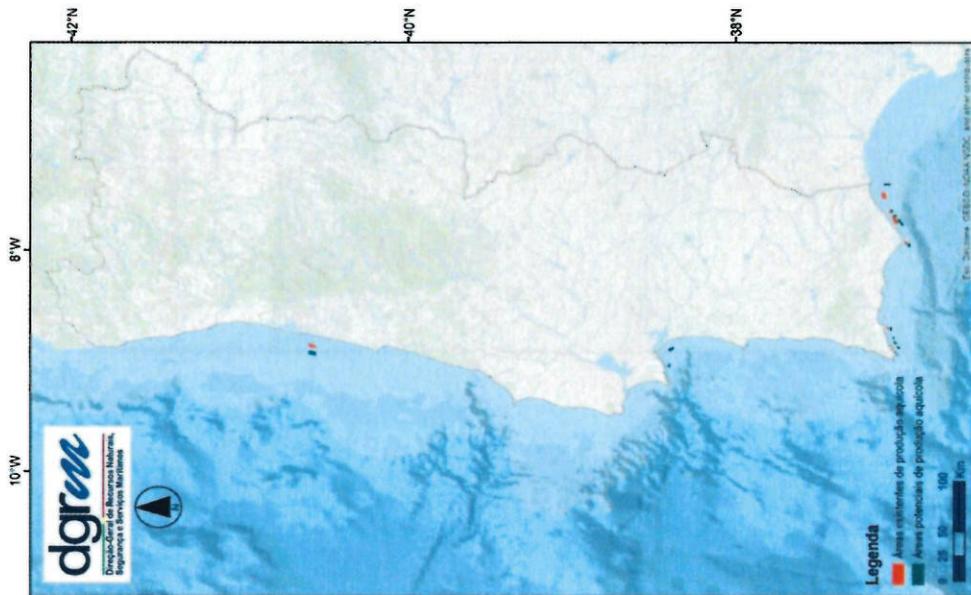
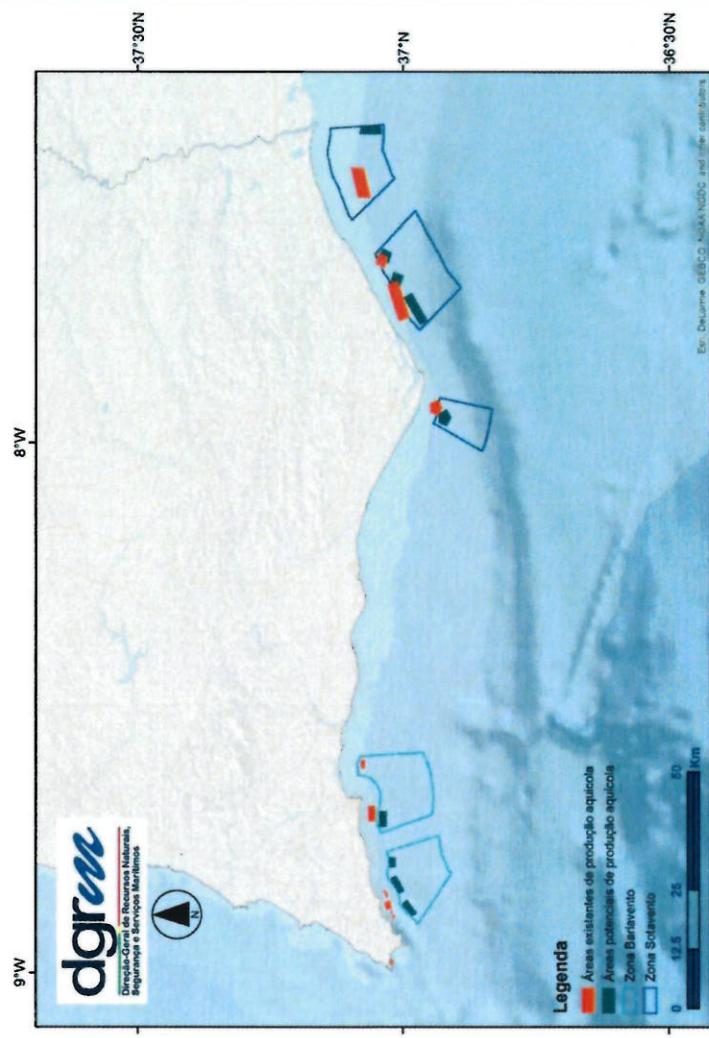
#### CARACTERIZAÇÃO EXISTENTE

AQUICULTURA

dgmm

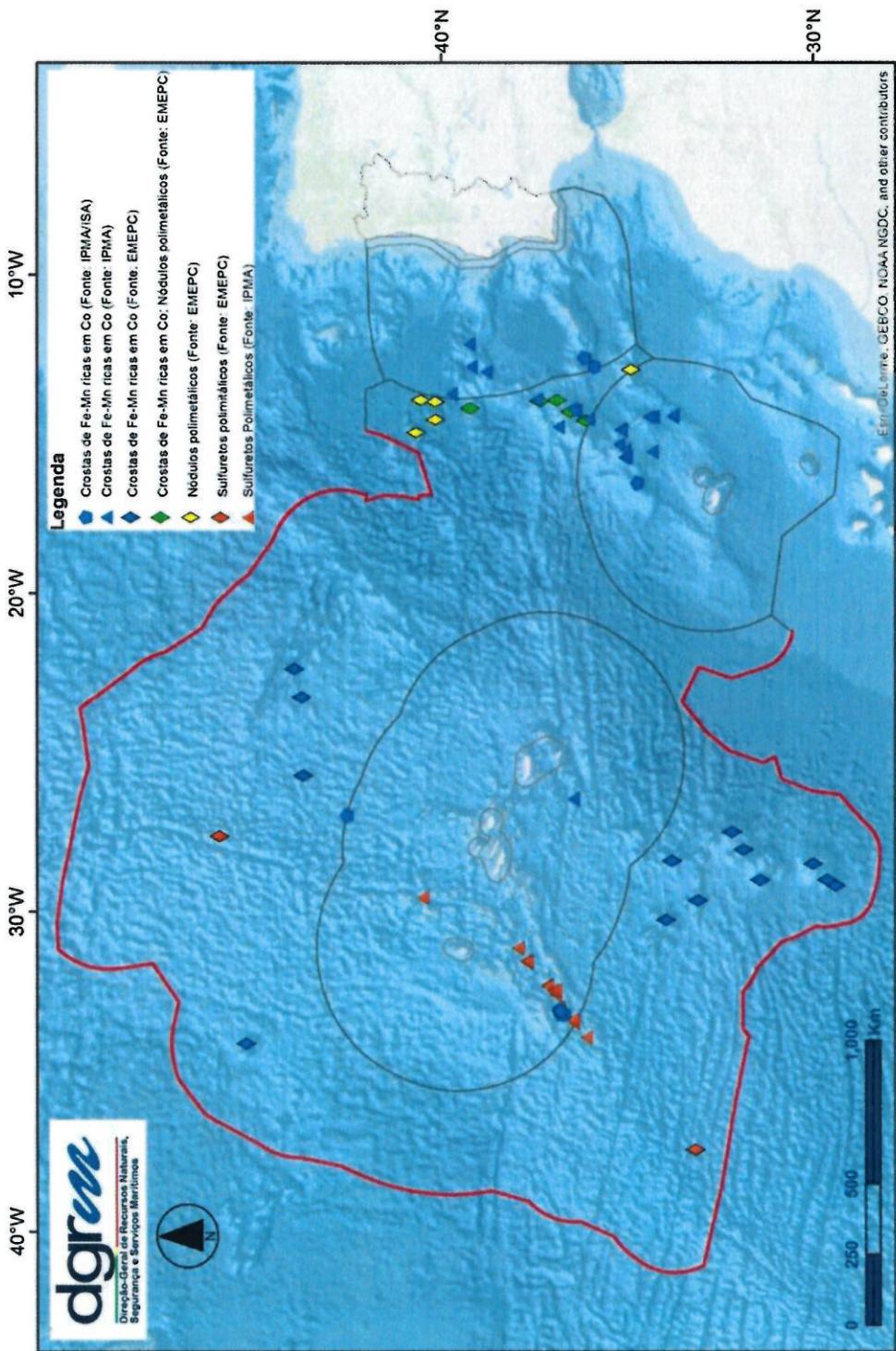
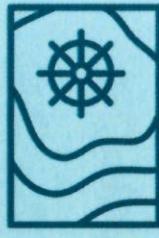


# 1C – Aquicultura e Pesca quando associada a infraestruturas Pormenor da costa algarvia



## 3C – Recursos minerais metálicos

### Ocorrência de minerais metálicos no espaço marítimo nacional



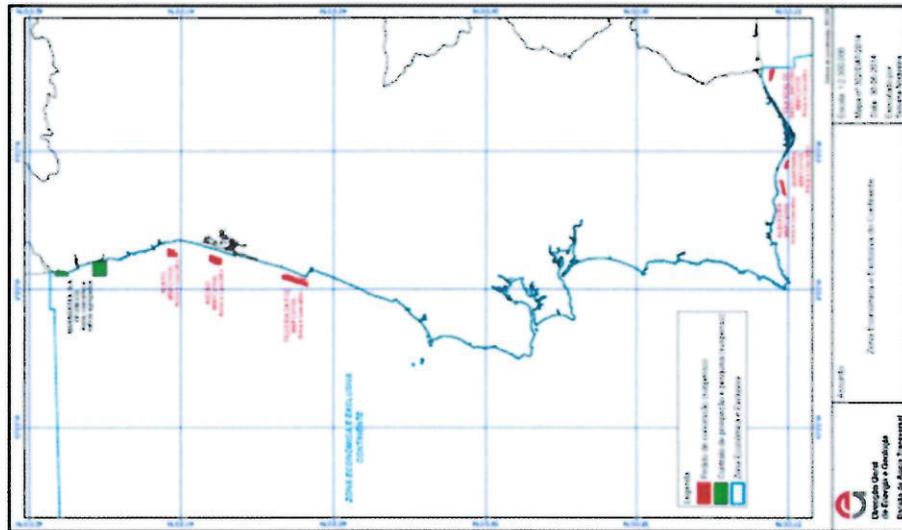
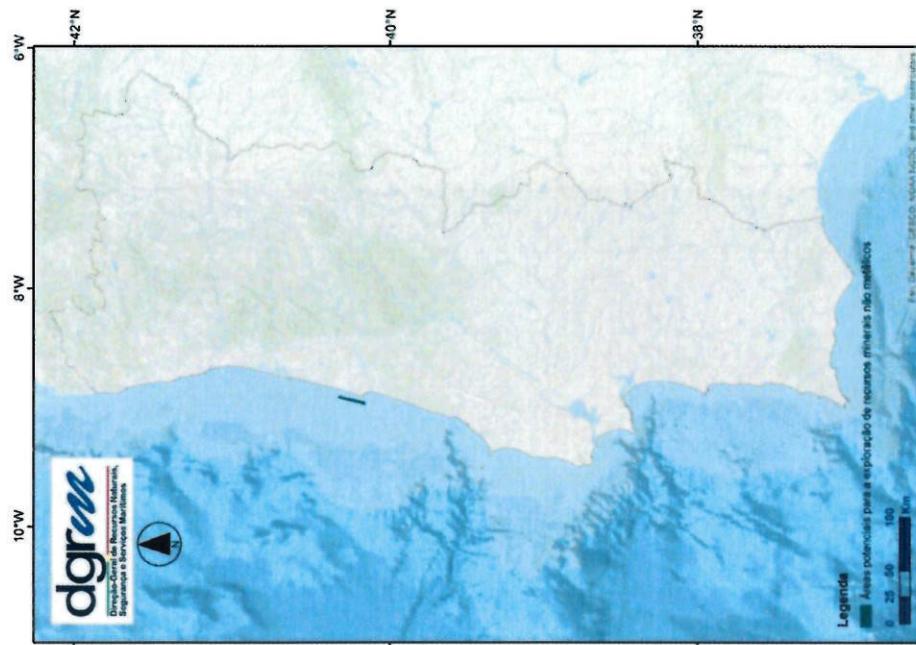
dgram

## 4C – Recursos minerais não metálicos Sitação existente e situação potencial



dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



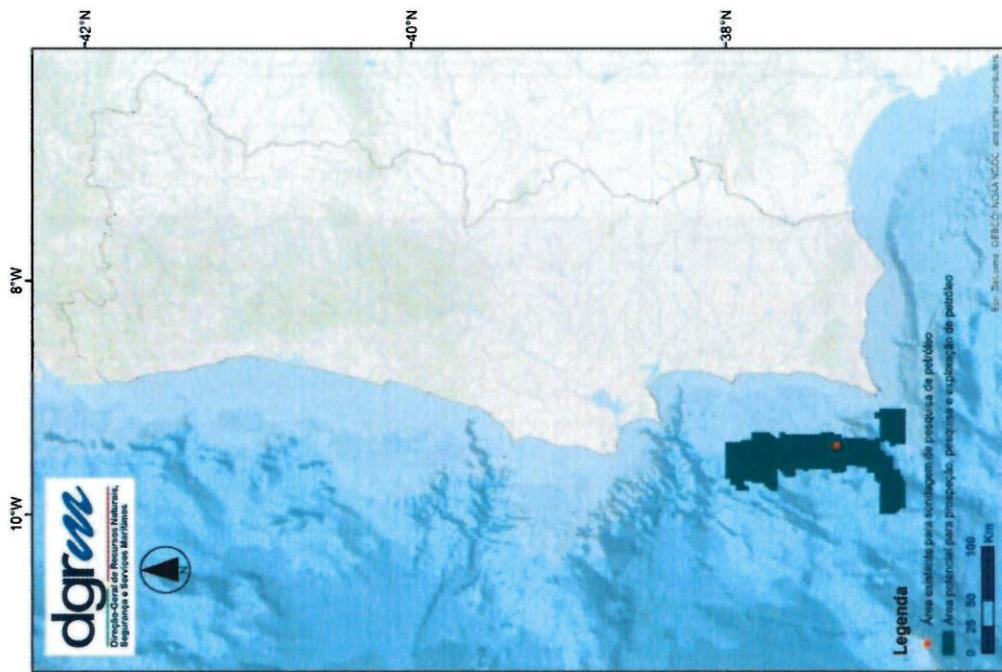
## 5C – Recursos energéticos fósseis

### Situação existente e potencial



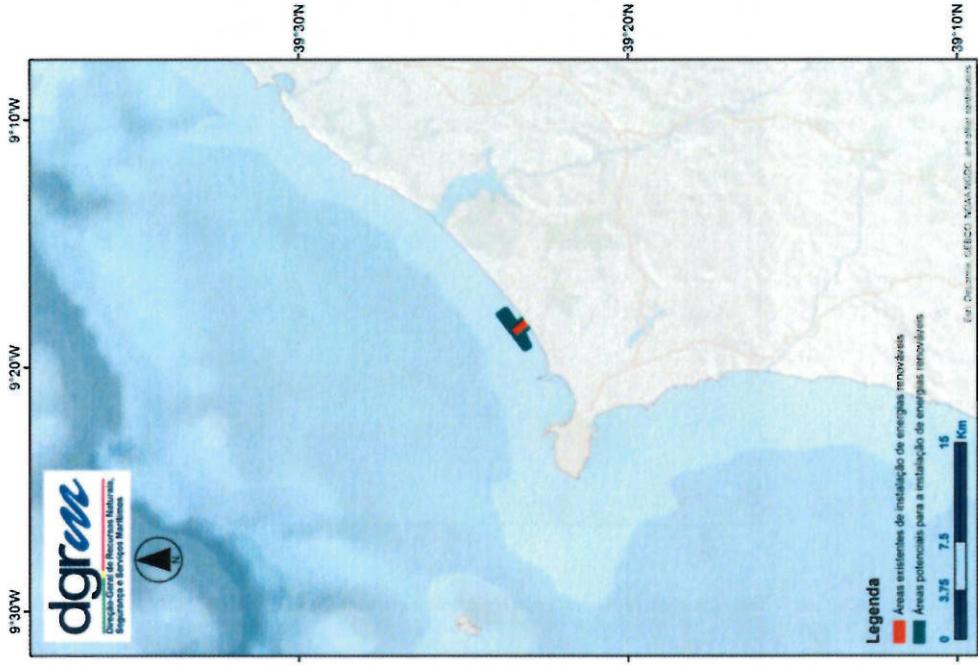
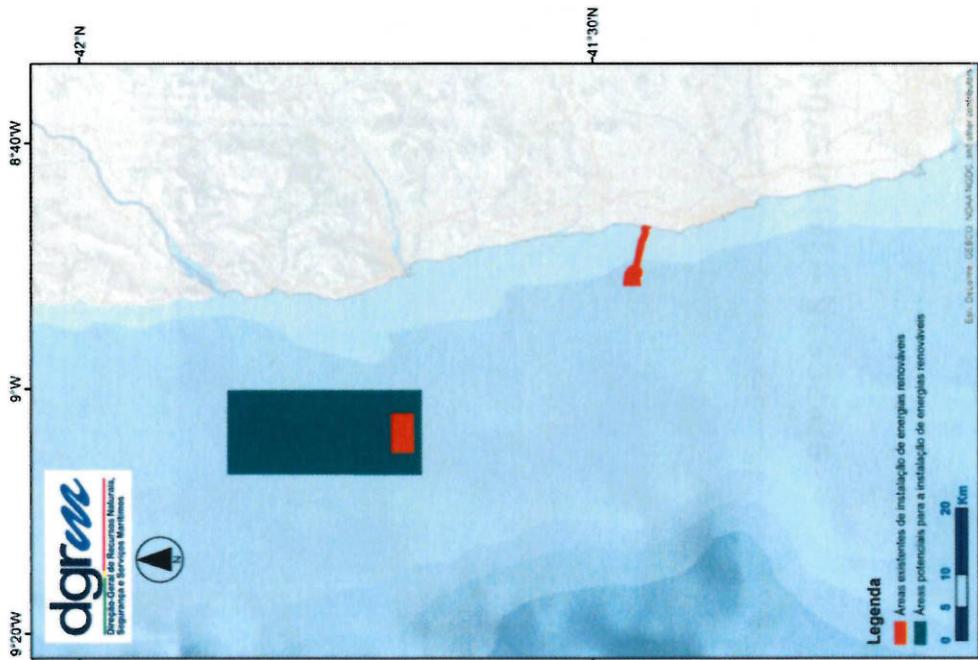
dgmm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



## 6C – Energias renováveis

### Situação existente e situação potencial

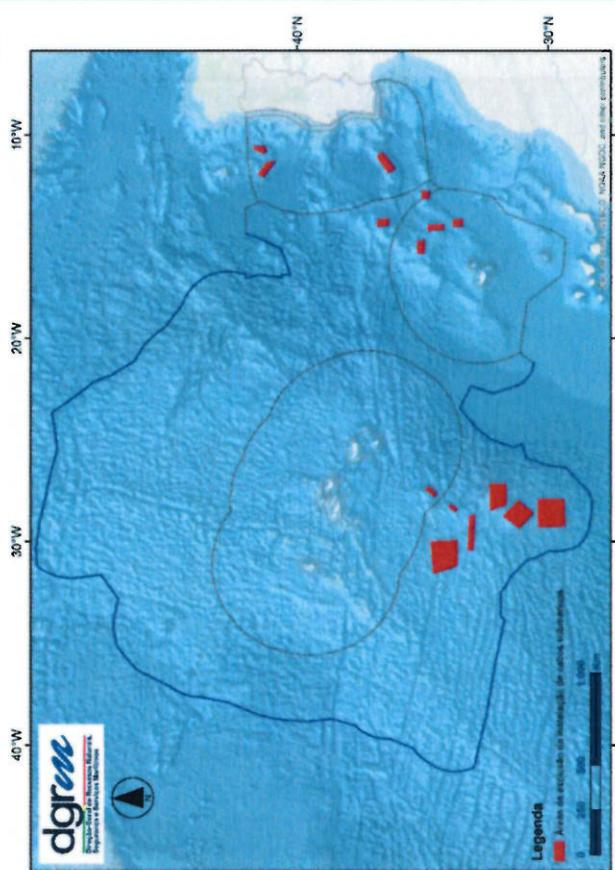


dgram

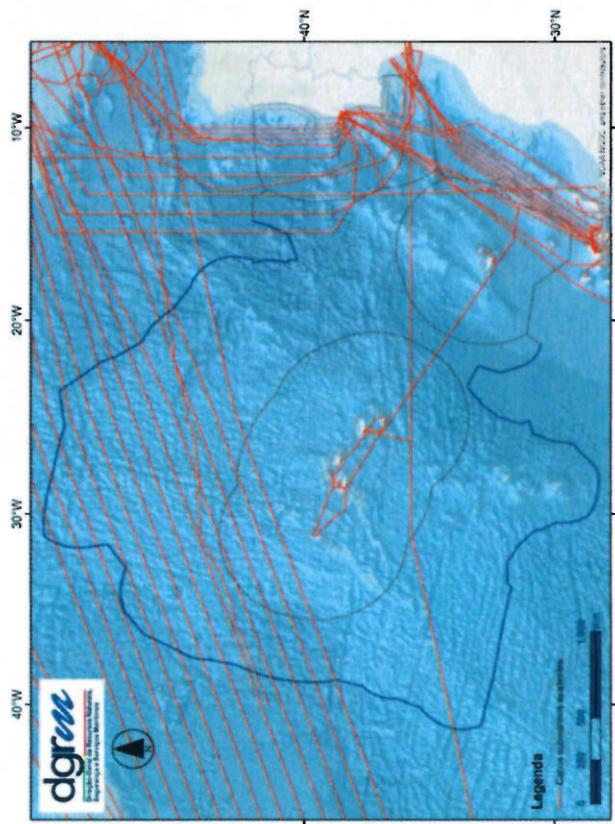
REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## 7C – Cabos, ductos e emissários submarinos

### Situação existente e situação potencial



**Situação potencial – áreas de exclusão**



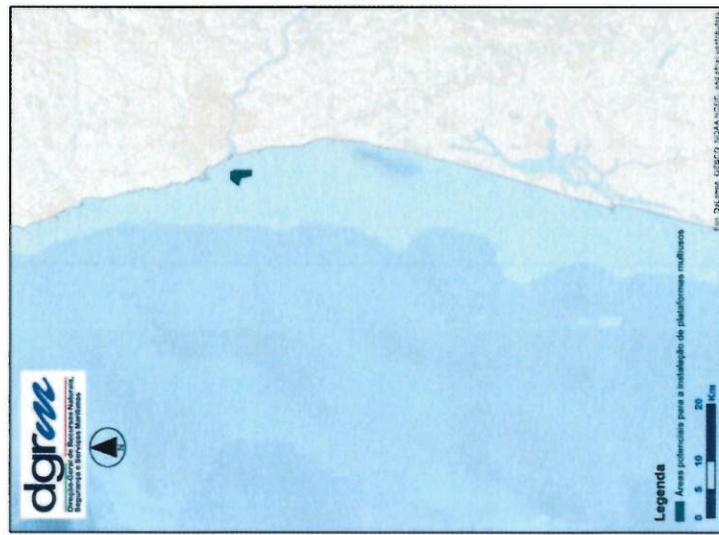
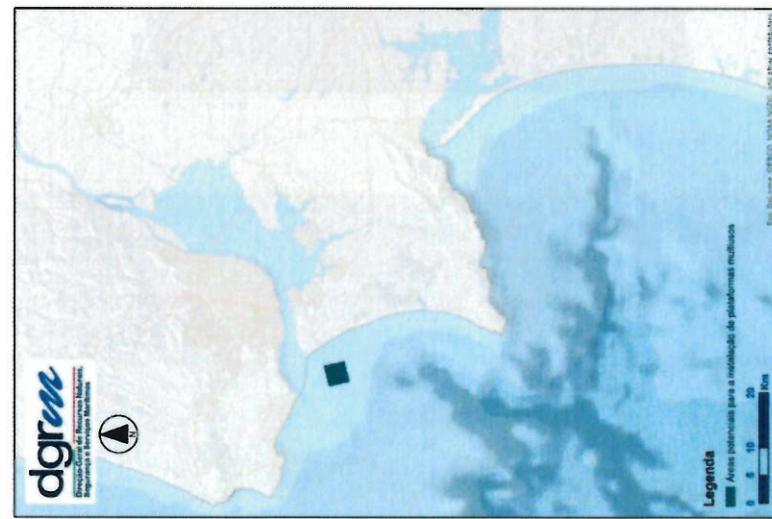
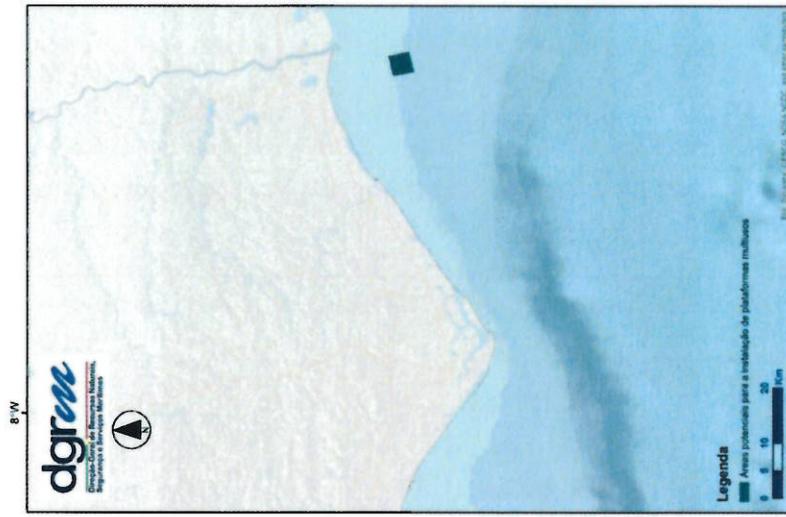
**Situação existente**

**dgmar**



# 8C –Plataforma Multiusos e Estruturas Flutuantes

## Situação potencial – plataformas offshore multiusos

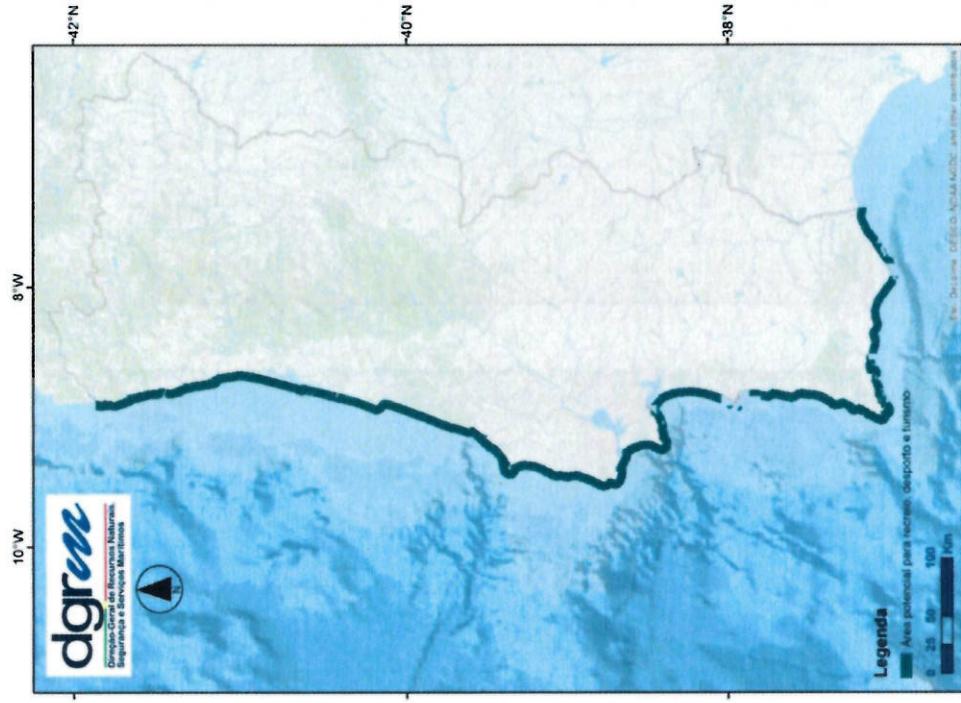
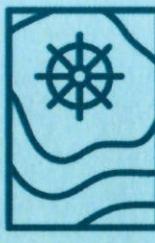


**dgmm**

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## 10C –Recreio, desporto e turismo

### Situação existente e situação potencial



**Situação potencial**



**Situação existente**

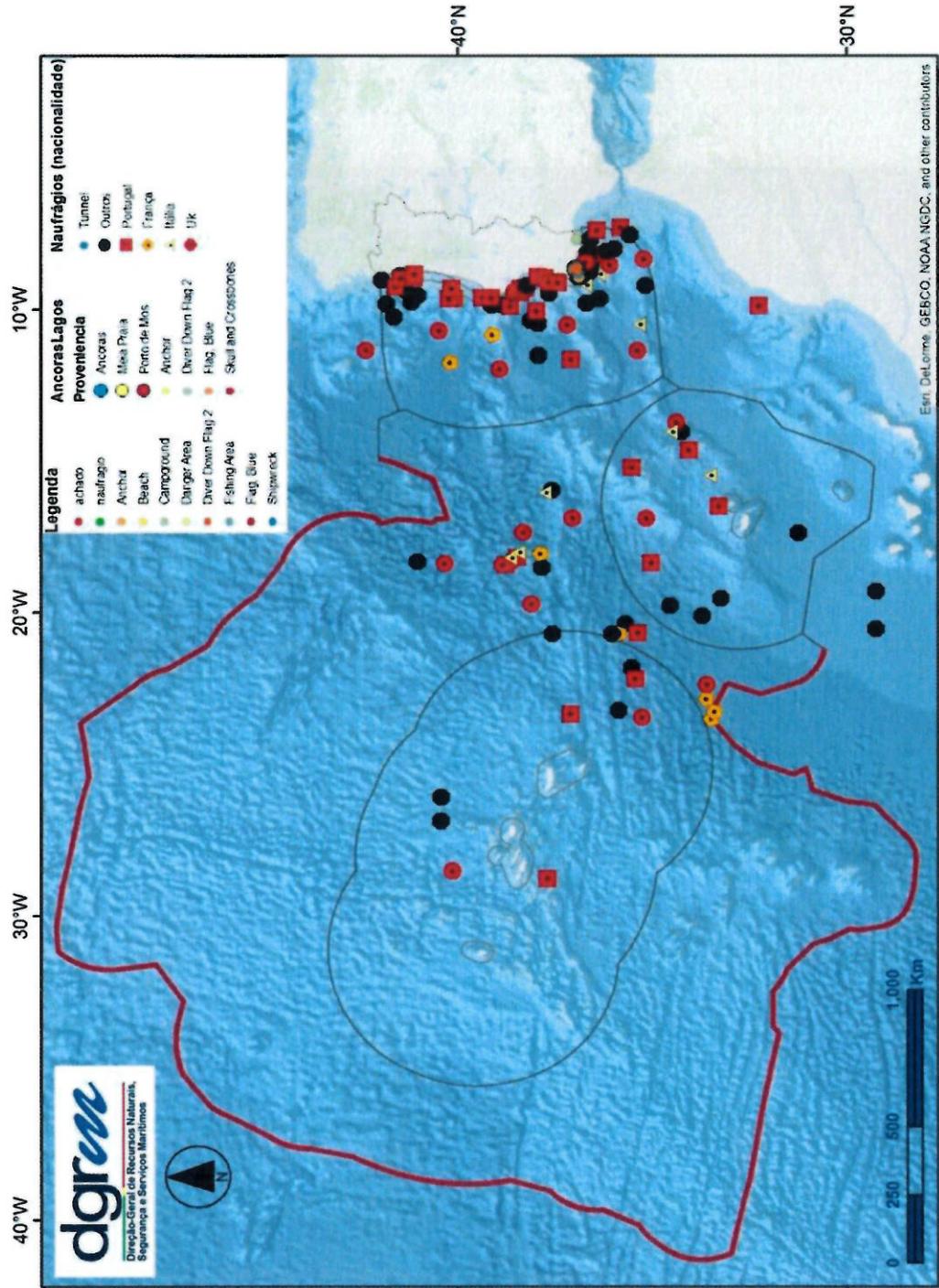
# 11C –Património cultural subaquático

## Ocorrência de património cultural subaquático



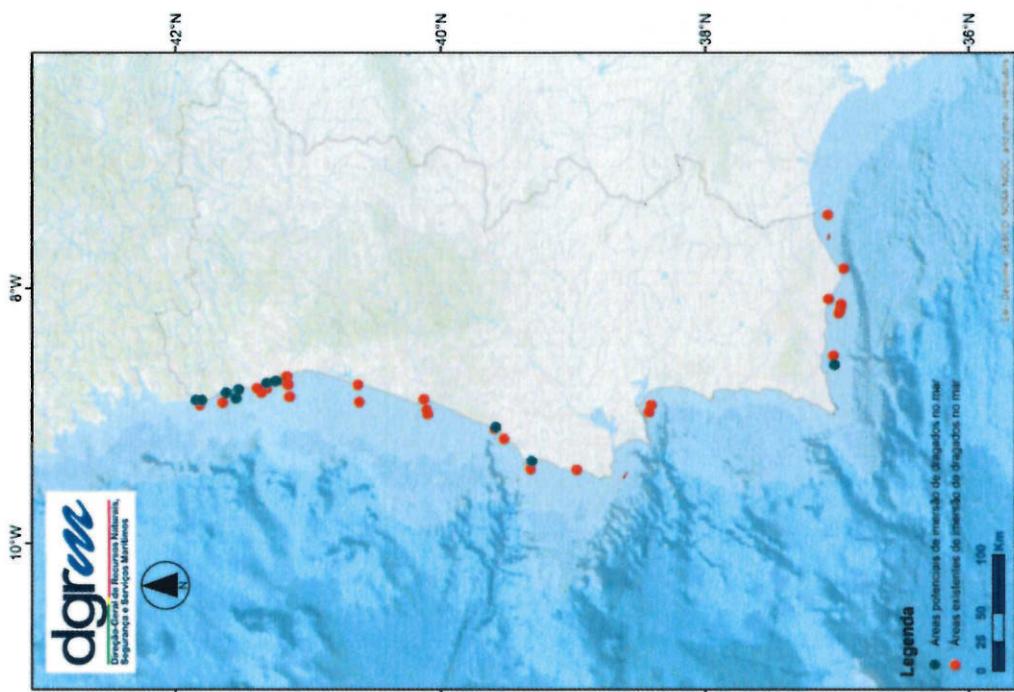
dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



# 12C –Imersão de dragados

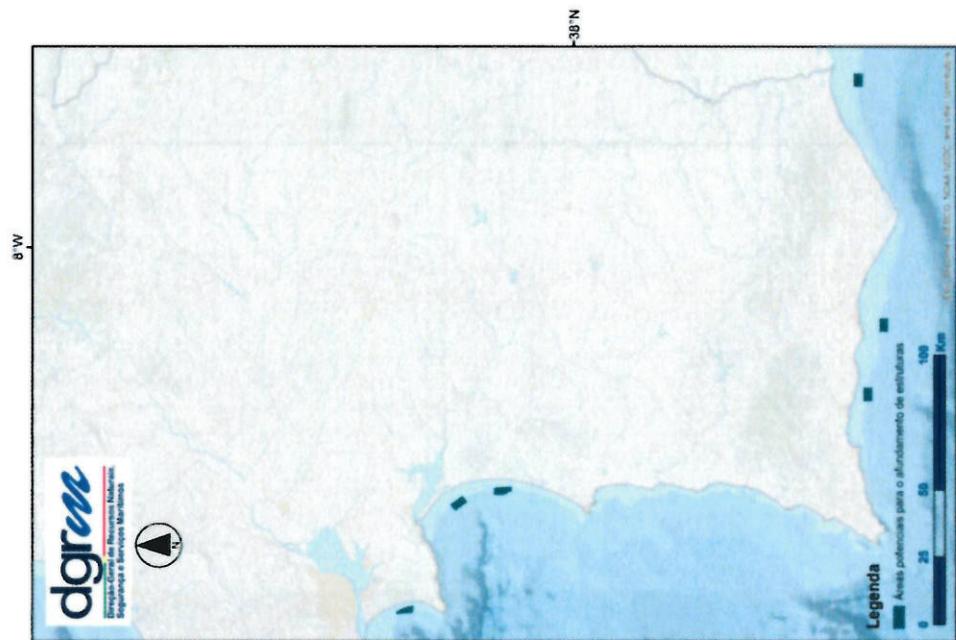
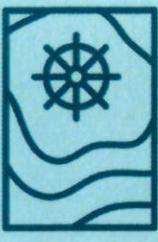
## Situação existente e potencial



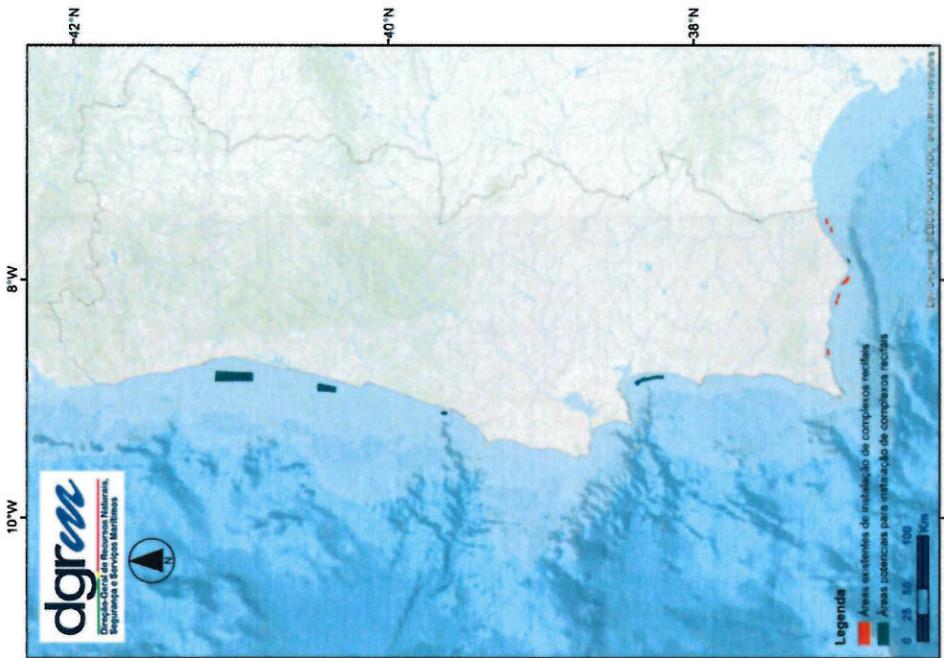
dgren

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## 13C – Afundamento de navios e outras estruturas

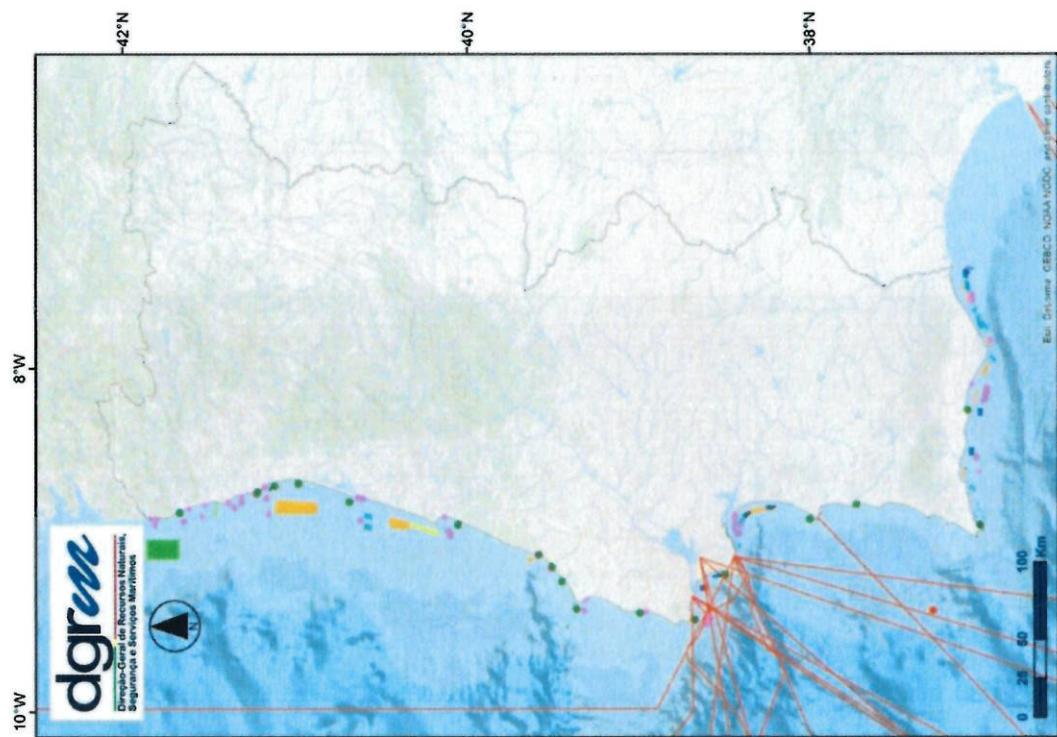


**Afundamento de navios  
e de outras estruturas**



**Recifes artificiais para  
melhorar produtividade**

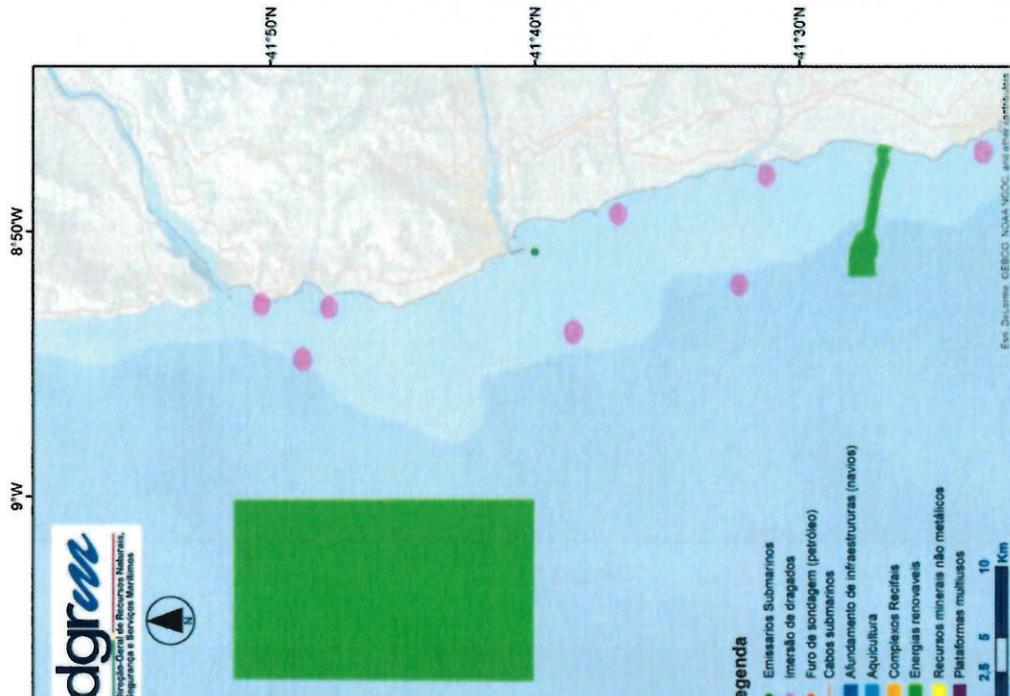
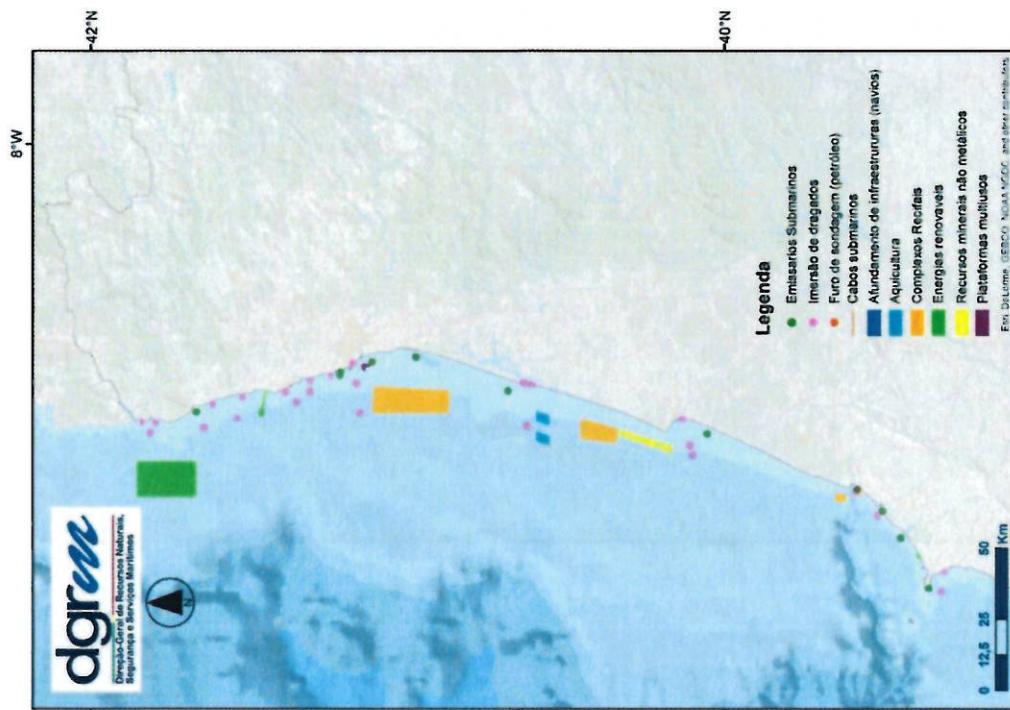
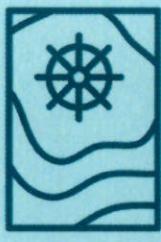
# Ocupação privativa do espaço marítimo nacional - Continente

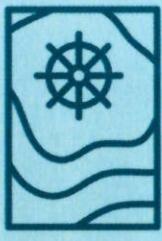


dgrrm

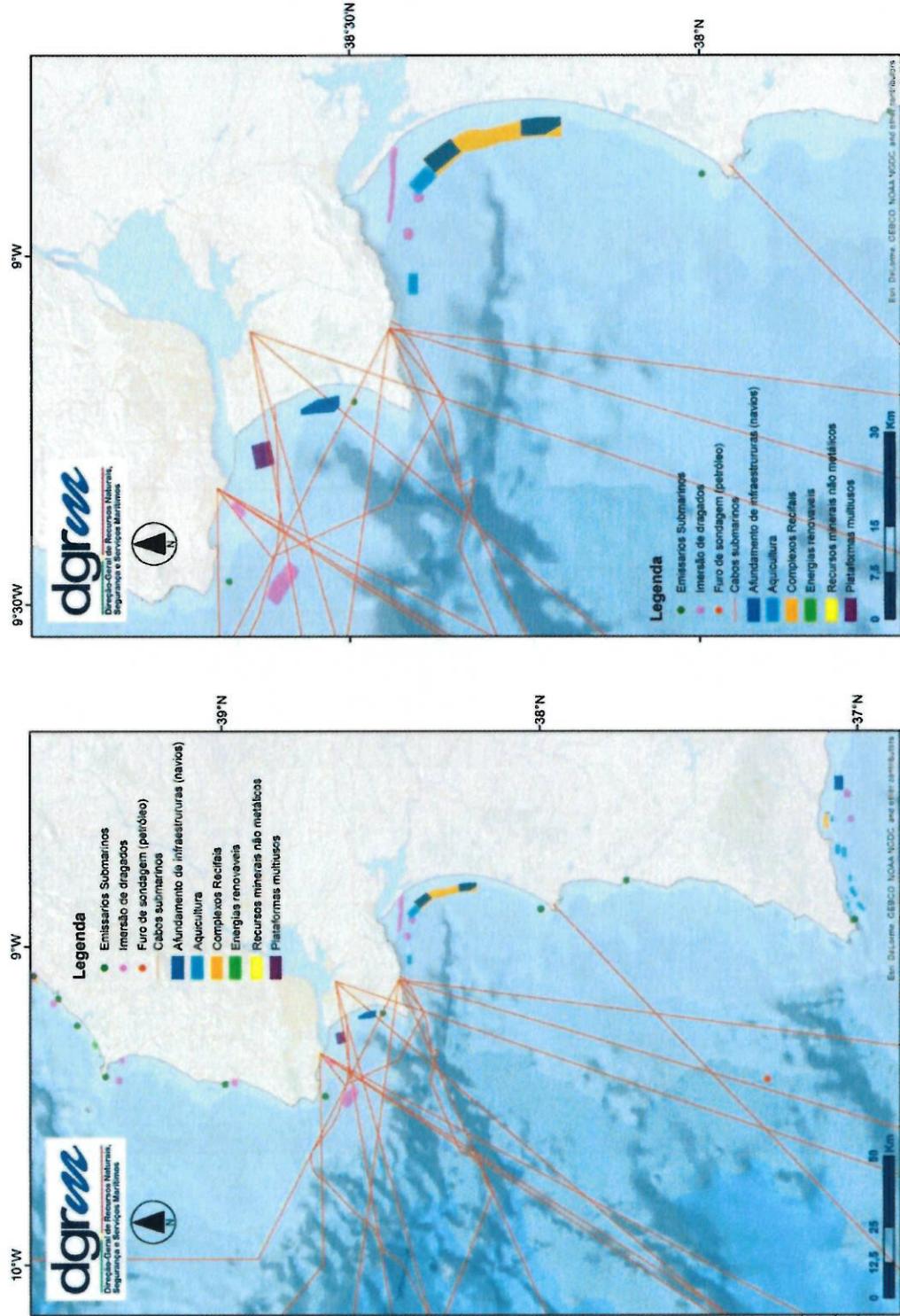
REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

# Ocupação privativa do espaço marítimo nacional – Continente / zoom Norte

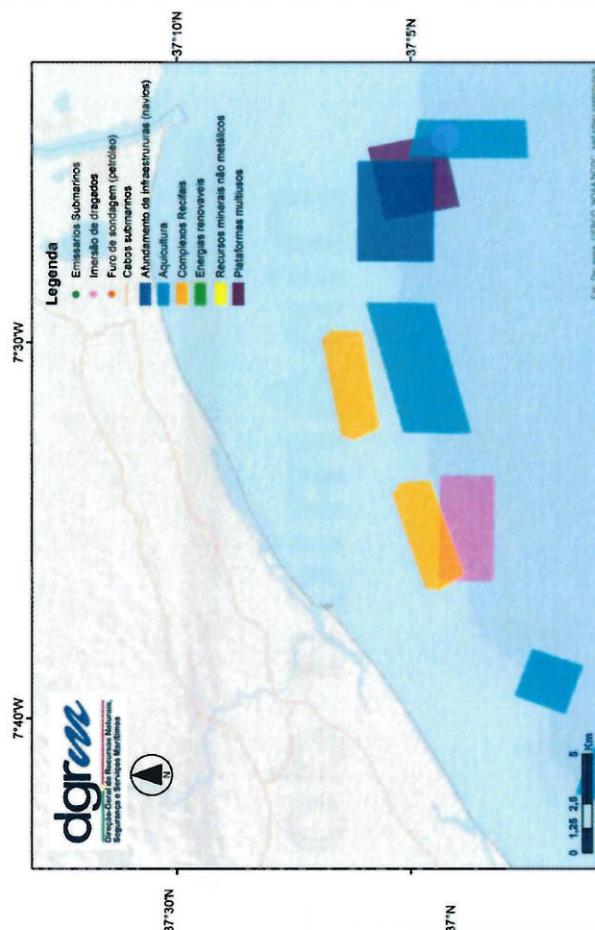
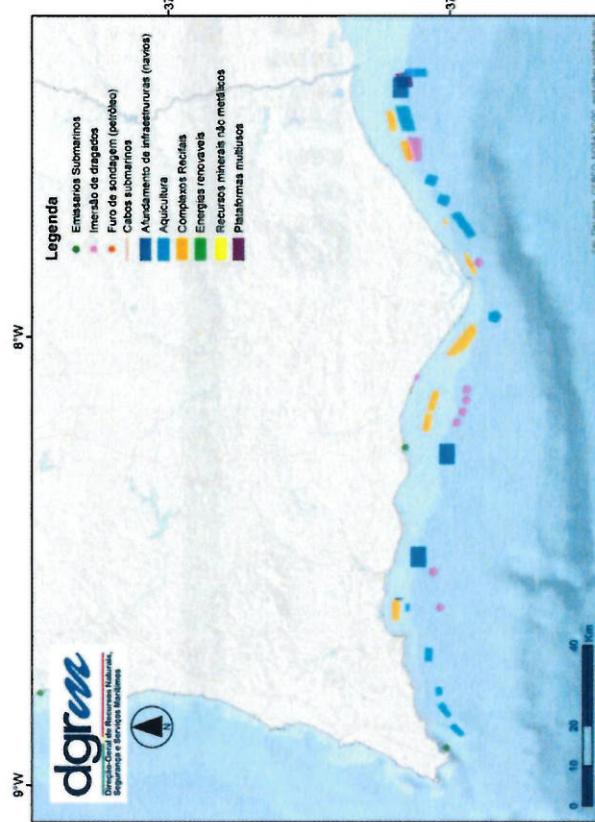




# Ocupação privativa do espaço marítimo nacional – Continente / zoom Centro



# Ocupação privativa do espaço marítimo nacional – Continente / zoom costa algarvia



dgram

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



Ordenamento do Espaço  
Marítimo Nacional  
**Plano de Situação**

# Dinâmica do Plano

**dgrm**

REPÚBLICA  
PORTUGUESA



MAR

## Dinâmica do Plano de Situação

- Plano de Afetação
- Atribuição e cessação do Direito de Utilização Privativa do Espaço Marítimo
- Criação de novas servidões e restrições administrativas
- Alteração de Planos e Programas Territoriais
- Alteração das Condições Ambientais
  - Alteração
  - Revisão
  - Suspensão



dgrm

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## Dinâmica do Plano de Situação



### Monitorização do Plano de Situação

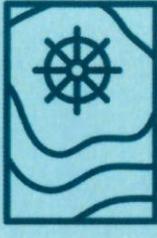
- Plano Mar Portugal
- Diretiva Quadro Estratégia-Marinha



dgreen

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

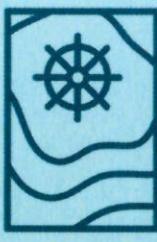
## Normas/Regulamentos



## Normativo e Regulamento

dGMM

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR



## Normas/Regulamentos

Norma  Regulamento

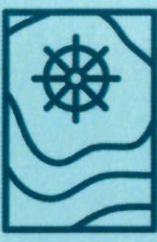


dgmar

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

## Normas/Regulamentos

- Emissão de Título que autoriza a ocupação do EMN
- Serviços/restricções administrativas que incidem no EMN (POC, AMP, REN, etc..)
- Licenciamento de actividades em EMN
- Segurança Marítima



**dg<sub>mar</sub>**

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
MAR

# Normas/Regulamento



## • BOAS PRÁTICAS

Com vista ao conhecimento dos potenciais impactes da mineração que decorrerá nos projetos financiados pela União Europeia (EU-FP7, *Impacts of Deep Sea Resource Exploitation*, [www.eu-mida.eu](http://www.eu-mida.eu) (Ecological Aspects of Deep-Sea Mining, [www.ipb-oceans.eu](http://www.ipb-oceans.eu)), No caso particular dos Sulfuretos Polimetálicos, a *Nautilus* realizou um estudo dos potenciais impactes de mineração para o depósito. Se consultado em [www.caress.nautilusminerals.com](http://www.caress.nautilusminerals.com).

Acresce ainda referir que a International Marine Minerals Society (IMMS) desenvolveu o IMMS Code for Environmental Management poderá ser consultado em [www.immsoc.org/IMMS\\_code.htm](http://www.immsoc.org/IMMS_code.htm). A ISA também disponibiliza no seu website os regulamentos de prospeção de recursos marinhos [www.isa.org](http://www.isa.org). A GRID-Arendal, fundação estabelecida entre a Noruega e o Fórum das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que fornece serviços de informação e capacitação com o objetivo de tornar o conhecimento compreensível para o público em geral e apoiar a tomada de desenvolvimento sustentável, também disponibiliza no seu website relevante <http://www.grida.no>.

## • COMPATIBILIZAÇÃO DE USOS

Dificilmente esta actividade poderá ser compatível com outras imersões de dragados e a exploração de recursos não metálicos encarada. Todavia, tem de se ter em conta que a exploração metálicos é feita em zonas marinhas que pela sua profundidade

*Test drive*



OBRIGADO

*dgmar*





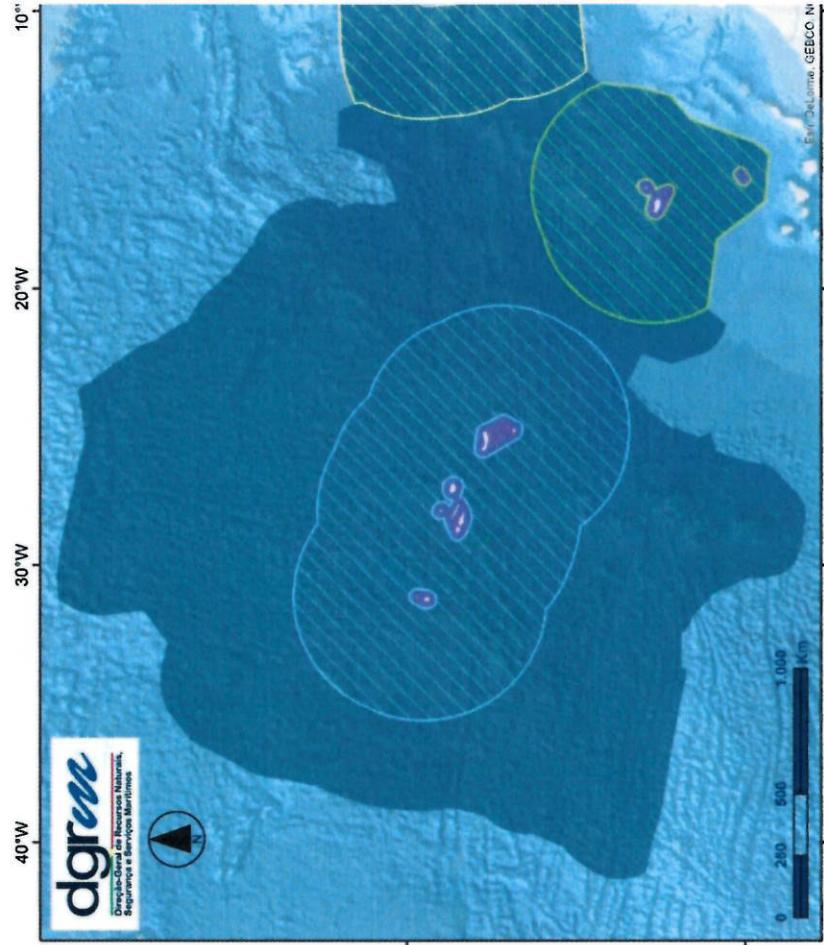
Reunião da Comissão  
27 fevereiro 2018 | Lisboa

# AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PSOEM



# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

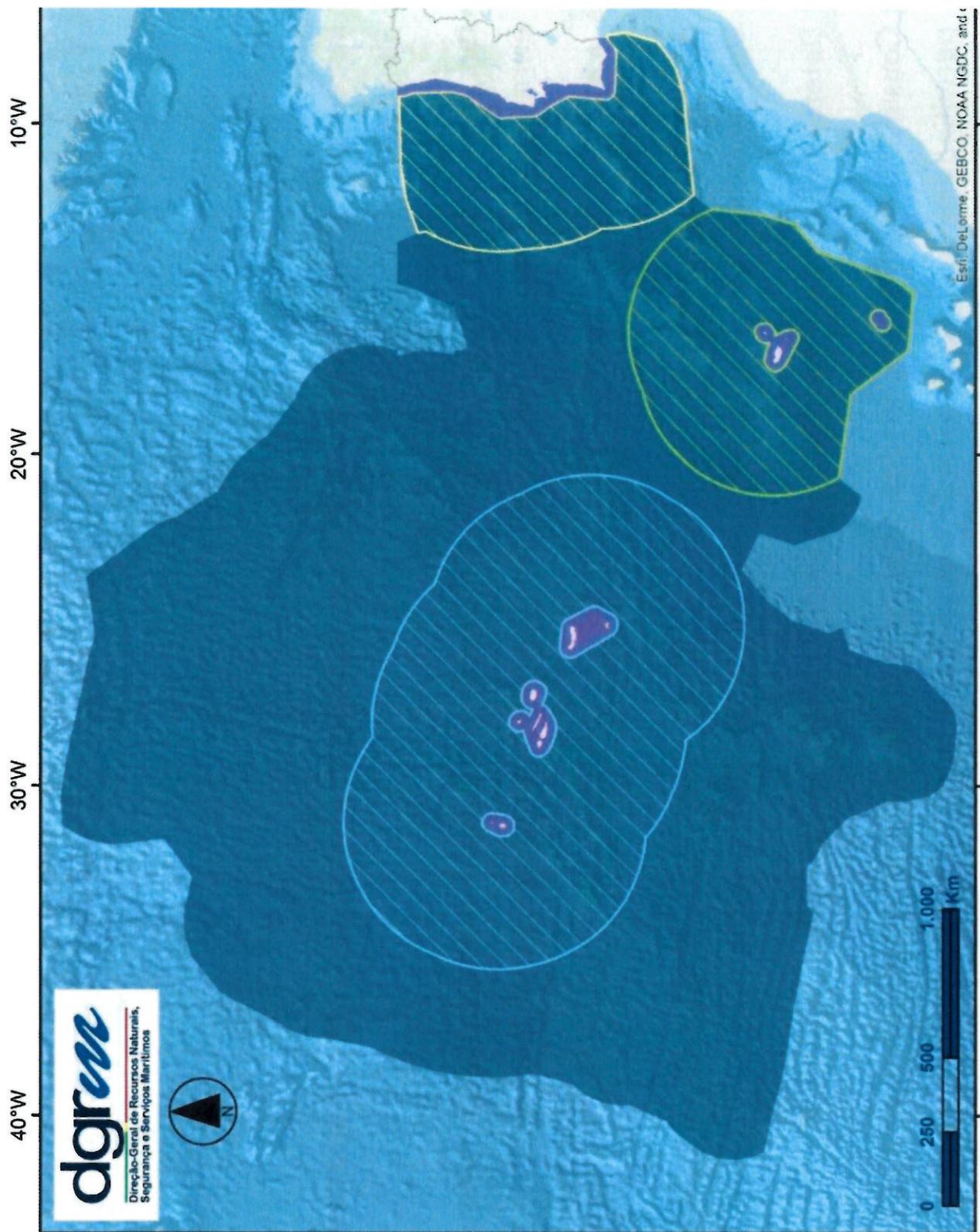
Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio)



Plano de Situação encontra-se sujeito a um processo  
Avaliação Ambiental Estratégica (artigo 13.º DL  
/2015);

AAE é única para todo o espaço marítimo nacional;

AAE é desenvolvida pela DGRM e pelos organismos  
s regiões autónomas, DROTA e DRAM, que  
seguram as respectivas especificidades regionais.



## Portugal é Mar

emerso: 92.207 km<sup>2</sup>

terreiro: 287.521 km<sup>2</sup>

áreas: 930.687 km<sup>2</sup>

áreas: 442.248 km<sup>2</sup>

área continental  
áreas: 3.769.293 km<sup>2</sup>  
área: 6 km<sup>2</sup> - fundo marinho da  
área continental

área: 17 km<sup>2</sup> - extensão  
na área continental

# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

## A AAE consiste:

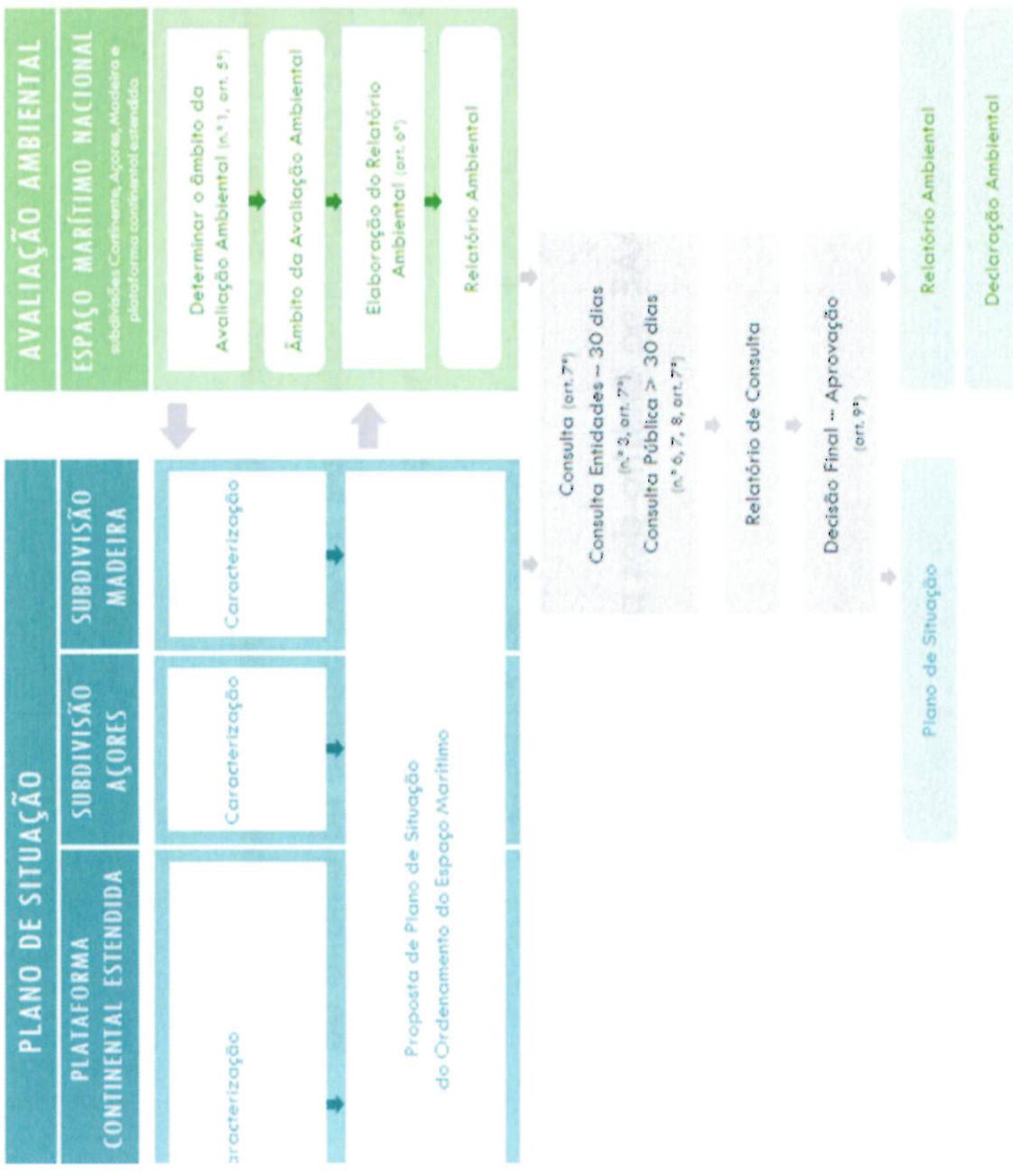
- instrumento de avaliação estratégica dos potenciais efeitos decorrentes da implementação do Plano de Situação

- tem como objetivo geral auxiliar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos das estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável

## A AAE permite:

- Apoiar o desenvolvimento das opções do Plano de Situação, integrando as componentes ambiental, social e económica, através de uma visão mais integrada e abrangente
- Detetar problemas e oportunidades estratégicas nas opções em análise
- Constituir um instrumento fundamental para a adoção e promoção de princípios e práticas sustentáveis, permitindo melhorar a qualidade das decisões atuais e futuras

# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA



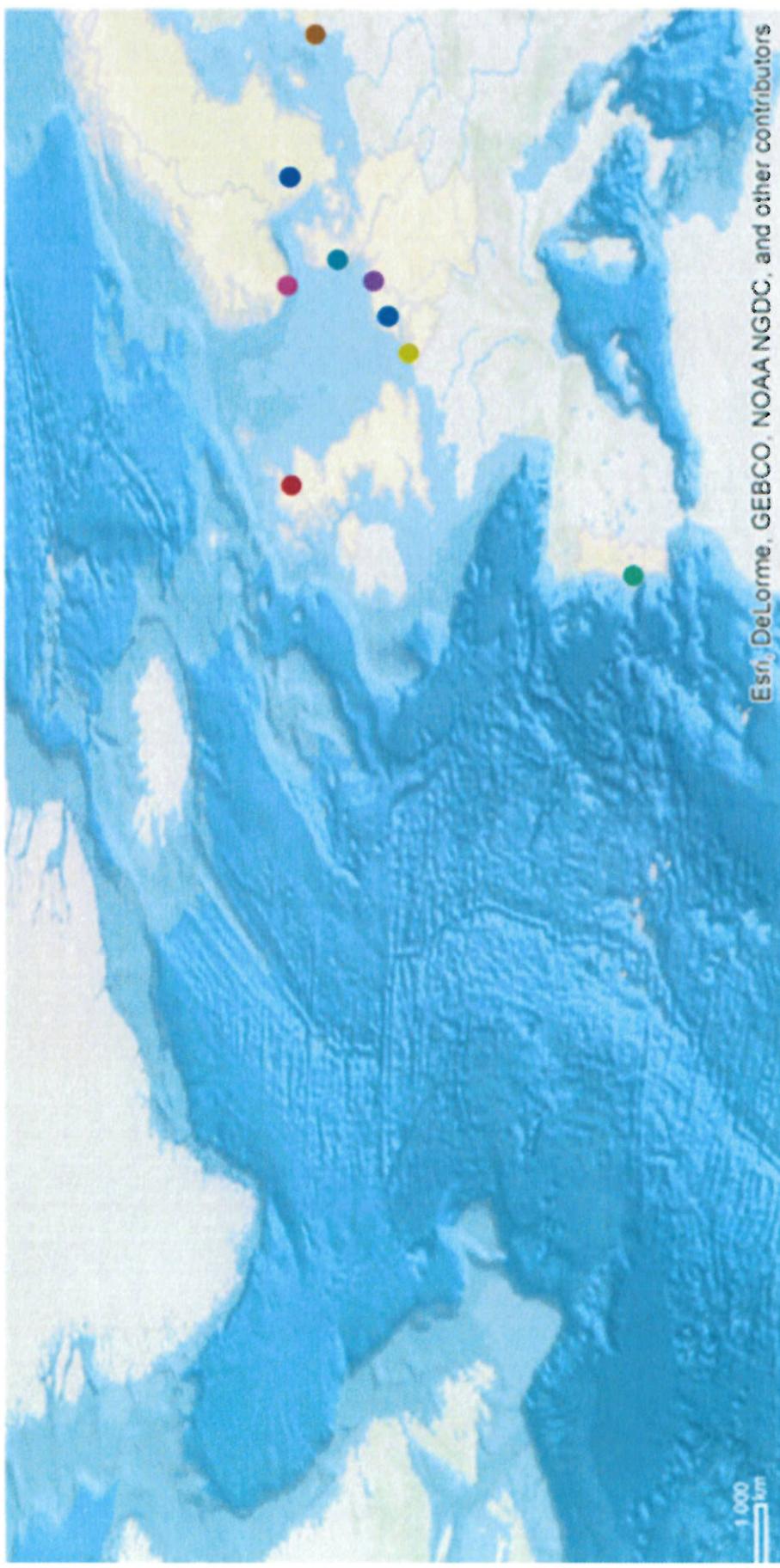
# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE SITUAÇÃO

DC1

## ABORDAGEM METODOLÓGICA

- vai ao encontro das disposições técnicas e legais a que a AAE está associada sem, contudo, deixar de atender às especificidades e particularidades que a AAE assume no âmbito da elaboração do Plano de Situação e das subdivisões onde ela será aplicada;
- tem como base a metodologia adotada pela Agência Portuguesa do Ambiente;
- considera a análise das práticas correntes de AAE no âmbito dos processos de OEM internacionais.

# PRÁTICAS INTERNACIONAIS DE AAE NO OEM



---

## Diapositivo 6

DC1      Suprimir este slide se possível...  
DSAS Conv/dados; 26-02-2018

# PRÁTICAS INTERNACIONAIS DE AAE NO OEM

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS COMUNS

### Promoção do bom estado ambiental

Promoção da economia verde (como as energias renováveis)

### sustabilidade

Desenvolvimento da economia do mar baseada na

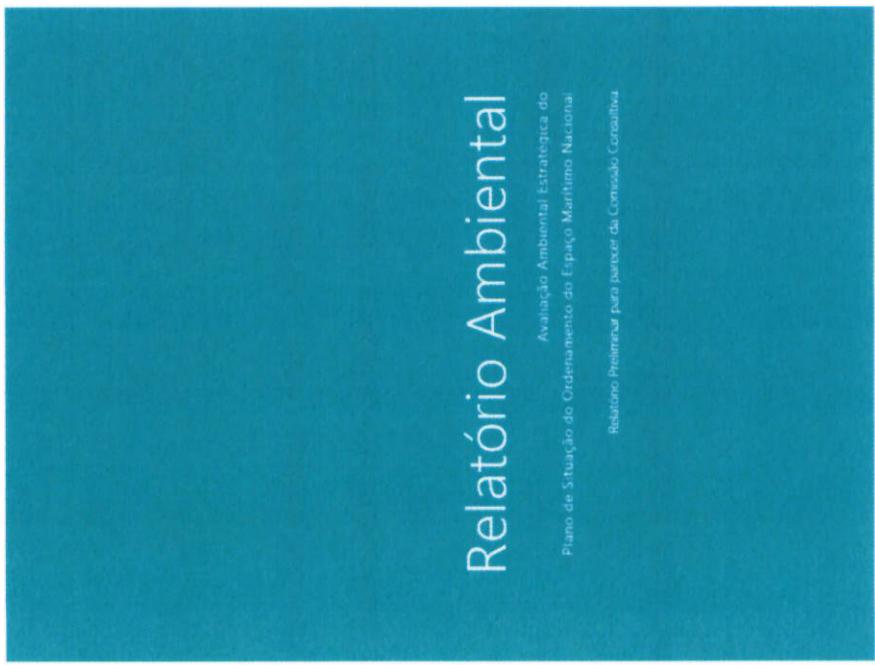
## FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO COMUNS

- **Proteção da biodiversidade** (fator crítico apresentado sob diferentes formas como proteção da natureza, 'marinha')

- **Alterações climáticas**

- Setor económico com maior importância regional

# RELATÓRIO AMBIENTAL



- Relatório Ambiental para Parecer da Comissão Consultiva de Avaliação Ambiental Estratégica relativa ao Plano de Situação do Oceano Atlântico Sul
- A sua estrutura e conteúdos tiveram por base o Caderno de Encargos e a discussão entre a equipa da AAE, a DGRM, DROTA e a DRAM.

# RELATÓRIO AMBIENTAL | PARTE I

## PARTE I | ENQUADRAMENTO

### 1. Introdução

#### 1.1. Enquadramento

#### 1.2. Antecedentes

### 2. Objetivos e metodologia da AAE

### 3. Objeto de avaliação

#### 3.1. Contexto territorial e área de atuação

#### 3.2. Objetivos estratégicos

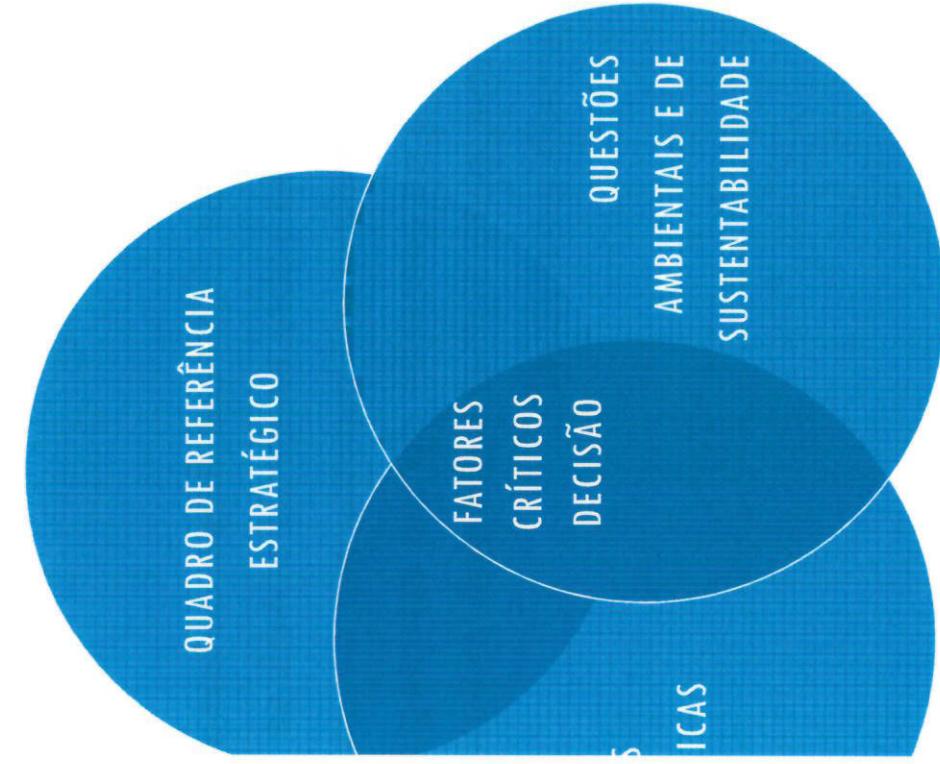
### 4. Fatores Críticos para a Decisão e Cenário

#### 4.1. Elementos de base estratégica

#### 4.2. Fatores Críticos para a Decisão

#### 4.3. Cenário

# PARTE 1 | ELEMENTOS DE BASE ESTRATÉGICA



- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** estabelece as orientações de política nacional e internacional, objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade que estrategicamente devem enquadrar de Situação
- **Questões Estratégicas (QE)** correspondem às questões fundamentais que configuram os objetivos estratégicos ou do Plano de Situação, e que devem ser asseguradas para uma visão de futuro
- **Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)** que dão âmbito ambiental relevante para a avaliação, selecionadas face ao alcance e da escala do Plano de Situação, tendo base os fatores legalmente definidos

# RELATÓRIO AMBIENTAL

Sumário Executivo

## PARTE 1 | ENQUADRAMENTO

1. Introdução
2. Objetivos e metodologia de AAE
3. Objeto de avaliação
4. Fatores Críticos para a Decisão e Cenário

## PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

5. Análise e Avaliação Estratégica – Comum às quatro subdivisões
6. Análise e Avaliação Estratégica – Subdivisão Continente
7. Análise e Avaliação Estratégica – Subdivisão Açores
8. Análise e Avaliação Estratégica – Subdivisão Madeira
9. Análise e Avaliação Estratégica – Subdivisão Plataforma Continental E;

## PARTE 3 | MONITORIZAÇÃO

10. Monitorização

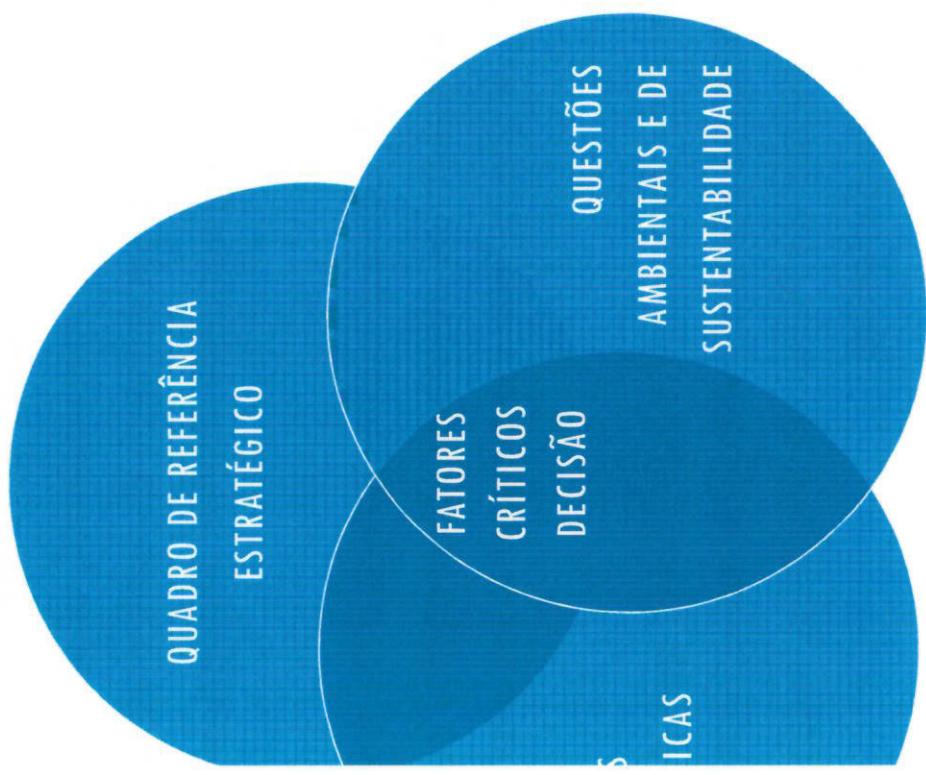
### Relatório Ambiental

Avaliação Ambiental Estratégica do  
Plano da Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional

Relatório Preliminar para parecer da Comissão Consultiva

# PARTE 1 | ELEMENTOS DE BASE ESTRATÉGICA

- **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** constituem os **temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se debruçar**, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia. As ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável



# PARTE 1 | ELEMENTOS DE BASE ESTRATÉGICA

## Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Tendo em consideração o âmbito, os objetivos e a incidência territorial do Plano de Sítio, encontra-se um conjunto de documentos estratégicos, planos e programas passíveis de viabilizar o QRE da AAE:

- Documentos estratégicos de referência de âmbito internacional, regional e comunitário
- Documentos estratégicos de referência de âmbito nacional
- Documentos estratégicos de referência específicos para a subdivisão do Continente
- Documentos estratégicos de referência específicos para a subdivisão dos Açores
- Documentos estratégicos de referência específicos para a subdivisão da Madeira
- Documentos estratégicos de referência específicos para a subdivisão das 200 milhares de freguesias

# PARTE 1 | ELEMENTOS DE BASE ESTRATÉGICA

## Questões Estratégicas (QE) - resultam diretamente dos objetivos definidos no Plano de Si

Contribuir para a valorização do mar na economia nacional e regional, promovendo a exploração sustentável, racional e s recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas, garantindo a salvaguarda do património natural e cultural do oceano contribuir para a coesão nacional, reforçando a dimensão arquipelágica de Portugal e o papel do seu mar interterritorial promover a gestão regional de proximidade de acordo com o princípio da subsidiariedade e tendo em conta as especificidades de cada região

Contribuir, através do ordenamento do espaço marítimo nacional, para o ordenamento da bacia do Atlântico

Contribuir para o reforço da posição geopolítica e geoestratégica de Portugal na bacia do Atlântico como maior estado c

ontribuir para a segurança jurídica e a transparência de procedimentos na atribuição de títulos de utilização privativa c marítimo nacional

ontribuir para a manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas, previnindo os riscos da ação humana e minimizando os decorrentes de catástrofes naturais e ações climáticas

ontribuir para o conhecimento do oceano e reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional

ontribuir para o conhecimento do oceano e reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional

# PARTE 1 | ELEMENTOS DE BASE ESTRATÉGICA

## Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)

Selecionadas de acordo com a sua relevância para o objeto da AAE e posteriormente integradas na definição dos FCD.

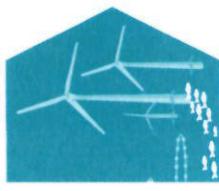
### QAS (DL 232/2007, de 15 de junho)

- 
- The diagram illustrates the selection process of QAS. At the top, a list of environmental factors is shown, each with a downward arrow pointing to a corresponding socio-economic factor. This pattern repeats three times, creating a vertical column of five pairs. A large downward-pointing triangle is positioned between the second and third pairs, indicating the flow from environmental issues to socio-economic factors.
- Biodiversidade      • Solo
  - Fauna                • Água
  - Flora                • Atmosfera
  - População
  - Saúde humana
  - Atmosfera
  - Fatores climáticos
  - Bens materiais
  - Paisagem
  - Património cultural (incluindo o património arquitectónico e arqueológico)
- QAS relevantes para o PSOEM**
- Ecossistema
  - População e Saúde
  - Alterações Climáticas
  - Bens materiais
  - Paisagem
  - Património cultural

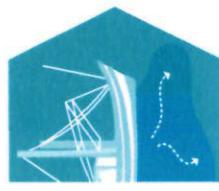
# **PARTE 1 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO**



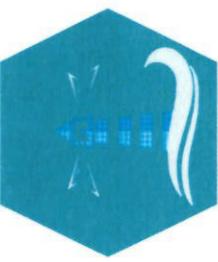
**1. ESTADO AMBIENTAL**



**2. DESENVOLVIMENTO E  
CRESCIMENTO AZUL**



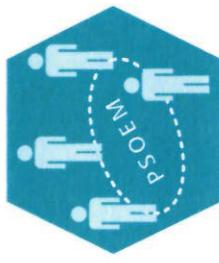
**3. RISCOS E ALTERAÇÕES  
CLIMÁTICAS**



**4. DEFESA E VIGILÂNCIA**



**5. CONHECIMENTO, CAPACID  
CIENTÍFICA E TÉCNICA**

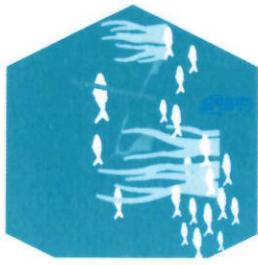


**6. COOPERAÇÃO**

# PARTE 1 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

DC5

## D#1. ESTADO AMBIENTAL



Este FCD diz respeito ao estado do meio marinho (compreendendo as espécies, habitats, ecossistemas e os serviços associados), bem como ao património cultural. Com este FCD pretende-se avaliar de que forma o Plano de Situação incorpora medidas e / ou ações que contribuem para o bom estado ambiental do meio marinho e para a valorização e conservação do património natural e cultural.

### ITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

#### • SALVAGUARDA DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

Pretende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para o conhecimento dos serviços dos ecossistemas e para a nutenção das suas funções.

#### • ÁREAS COM ESTATUTO DE PROTEÇÃO

Pretende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para identificação, criação e gestão de áreas marinhas protegidas.

#### • PROTEÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES

Pretende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para a garantia do bom estado ambiental do meio marinho e na estado das águas costeiras e de transição.

#### • PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Pretende avaliar de que forma o PSOEM contribui para a preservação e valorização do património paisagístico e arqueológico.

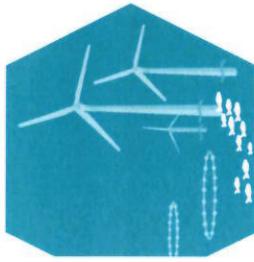
---

## **Diapositivo 18**

**Dc5**      Este slide deveria conter animação. 1.º o FCD e posteriormente os critérios de avaliação.  
DSAS Convídados; 26-02-2018

# PARTE 1 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

## D#2. DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO AZUL



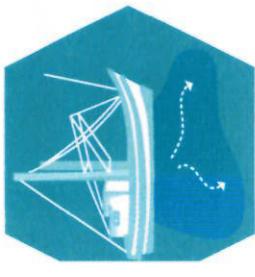
Este FCD pretende avaliar de que forma o Plano de Situação incorpora medidas e / ou ações que contribuem para a promoção do bem-estar humano e da economia do mar, assim como para a compatibilização das atividades e usos múltiplos, viabilizando e diversificando as atividades económicas e respeitando a integridade dos ecossistemas naturais.

### ITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL
  - Tende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para a economia do mar, através da dinamização de atividades que promovam o emprego e fomentem o mercado, estímulo ao investimento e da desburocratização de processos, bem como através da compatibilização de atividades e usos de forma a minimizar conflitos e potenciar synergias, garantindo a sustentabilidade ambiental do meio rinho.
  - 02. UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
    - Tende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para a utilização dos recursos marinhos de forma sustentável garantindo a produtividade do oceano, sem comprometer sua utilização pelas gerações futuras.

# PARTE 1 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

## D#3. RISCOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Este FCD pretende avaliar de que forma o Plano de Situação incorpora, na especialização dos usos e atividades, medidas e/ou ações que contribuem para a gestão e prevenção dos riscos tecnológicos e naturais, incluindo a adaptação às alterações climáticas.

### ITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

#### RISCOS TECNOLÓGICOS

Tende avaliar de que forma o Plano de Situação prevê, e monitoriza os riscos tecnológicos associados à utilização do espaço marítimo.

#### RISCOS NATURAIS

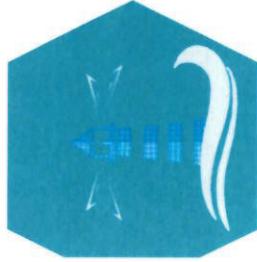
Tende avaliar de que forma o Plano de Situação considera riscos naturais na definição de áreas potenciais para os diferentes sectores de atividade.

#### 03. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Pretende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para a antecipação dos efeitos negativos das AC nos sistemas biofísicos, dos eventos climáticos extremos (ex: ventos extremos, precipitação excessiva, nível médio do mar, aumento de temperatura) e sua consideração na definição da área potenciais para os diferentes sectores de atividade.

# PARTE 1 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

## D#4. DEFESA E VIGILÂNCIA



Este FCD atende às questões de salvaguarda do interesse nacional em matéria de defesa e soberania nacional, segurança e vigilância.

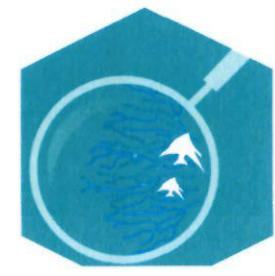
### ITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

#### . VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES MARÍTIMAS

Tende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para a eficácia do controlo, comunicação e vigilância de idades marítimas, assegurando a integridade dos espaços rítmicos sob jurisdição e/ou soberania nacional.

# PARTE 1 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

## D#5. CONHECIMENTO, CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA



Este FCD pretende avaliar de que forma o Plano de Situação incorpora medidas e / ou ações que estimulem a produção do conhecimento; a produção de informação útil para a gestão adaptativa e sustentável do espaço marítimo e sua monitorização; a capacitação técnica dos agentes envolvidos na utilização do espaço marítimo, assim como divulgação e informação à sociedade.

### ITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

#### • PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Tende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para o conhecimento científico e desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao oceano.

#### 03. LITERACIA

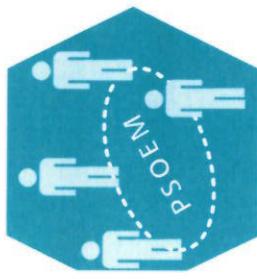
Pretende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para a divulgação e informação associada ao mar em contextos formais e informais.

#### • CAPACITAÇÃO TÉCNICA (QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL)

Tende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para o desenvolvimento de competências técnicas dos agentes envolvidos na utilização e gestão do espaço marítimo.

# PARTE 1 | FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

## D#6. COOPERAÇÃO



Este FCD pretende avaliar de que forma o Plano de Situação incorpora medidas e / ou ações que promovam a cooperação institucional (nacional e transfronteiriça), a coerência e articulação de instrumentos e processos.

## ITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### • COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO TRANSFRONTEIRICA

Tende avaliar de que forma o Plano de Situação incorpora iniciativas de cooperação internacional e transfronteiriça.

### • COESÃO NACIONAL E REGIONAL

Tende avaliar de que forma o Plano de Situação contribui para uma visão estratégica e partilhada do mar como vetor estratégico de desenvolvimento.

### 03. COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Pretende avaliar de que forma o Plano de Situação controla para a clarificação e articulação de competências institucionais quanto aos processos de decisão e gestão; criação e promoção de mecanismos de partilha de conhecimento e informação; coerência inter-regional de processos de planeamento, ordenamento e gestão do espaço marítimo.

# **PARTE 1 | CENÁRIO TENDENCIAL**

- ferramenta comumente utilizada no planeamento estratégico como um veículo que permite explorar diferentes alternativas plausíveis de futuro, apoiando a definição de decisões estratégicas mais robustas e eficazes;
- objetivo de melhor compreender a evolução expectável do uso do espaço marítimo nacional face aos desafios de desenvolvimento e crescimento azul e de salvaguarda do meio marinho;
- o “cenário tendencial” corresponde à situação potencial do Plano de Situação.

# PARTE 1 | CENÁRIO TENDENCIAL

ÍVOS	CONTINENTE		AÇORES		MADEIRA		PLATAFORMA C. ESTENDIDA	
	EXIST.	POT.	EXIST.	POT.	EXIST.	POT.	EXIST.	POT.
1 a infraestruturas	✓	↗			✓	↗	✗	✗
arinha	✗	→			n.a.		✗	✗
is metálicos	✗	PA	✗	PA	✗	PA	✗	PA
is não metálicos	✓	→			✓	↗	✗	✗
ticos fósseis	✓	→ PA					✗	
iveis	✓	↗			✗	✗*	✗	✗
emissários submarinos	✓	↗			✓	?	✓	↗
lhos e estruturas flutuantes	✗	↗			✓	↗	✗	✗
ntífica	✗	↗					✗	PA
lo e turismo	✓	↗			✓	↗	✗	✗
ral subaquático	✗	↗			✗	✗	✗	↗
gados	✓	↗			✓	→	✗	✗
navios e outras estruturas	✓	↗			→ PA	✗	✗	
de carbono	✗	→ PA	✗		→ PA	✗	→ PA	→ PA

## LEGENDA

- ✓ Uso/atividade atualmente e.
- ✗ Uso/atividade atualmente n.
- ↗ Prevê-se a expansão do uso
- Não se prevê expansão do uso
- PA Sem áreas potenciais definidas
- n.a. Plano de Aferação
- x\* Sem expansão num futuro pr
- equaciona o desenvolvimento
- ✗ n.a. Não se aplica
- Uso/atividade não espacial
- Uso/atividade espacializada

# RELATÓRIO AMBIENTAL | PARTE 2

## PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

### 5. Análise e avaliação estratégica (Comum às quatro subdivisões)

#### 5.1. Estado ambiental

##### 5.2.1. Situação existente e análise de tendências

##### 5.2.2. Efeitos decorrentes da implementação do Plano de Situação

#### 5.2. Desenvolvimento e crescimento azul

#### 5.3. Riscos e alterações climáticas

#### 5.4. Defesa e vigilância

#### 5.5. Conhecimento, capacidade científica e tecnológica

#### 5.6. Cooperação

#### 5.7. Síntese da avaliação estratégica e cenário

Segue-se a mesma abordagem para os restantes subdivisões:

- CONTINENTE (cap. 6)
- AÇORES (cap.7)
- MADEIRA (cap. 8)
- PLATAFORMA CONTINENTAL ESTEND

# PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

The image shows the front covers of four volumes of the "Ordemamento do Espaço Marítimo Nacional - Plano de Situação".

- Volume I:** ENQUADRAMENTO, ENQUADRAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL. It features the logo of the Portuguese Republic and the title "Ordemamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação".
- Volume II:** METODOLOGIA DE SERVIÇOS. It features the logo of the Portuguese Republic and the title "Ordemamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação Volume II - A".
- Volume III - A:** VERSÃO PARA PÚBLICO. It features the logo of the Portuguese Republic and the title "Ordemamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação Volume III - A".
- Volume III - B:** PLANO DE SITUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, USOS E ATIVIDADES. It features the logo of the Portuguese Republic and the title "Ordemamento do Espaço Marítimo Nacional Plano de Situação Volume III - B".

Small text at the bottom left of the image reads: "Título validado pelo DGRM - 06.11.2017".

- Para cada FCD procedeu-se à análise:
- da situação existente e de tendências
  - dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano de Situação, constituem oportunidades e/ou riscos fácticos de avaliação dos FCD

# PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

DC8

FCD	#1	#2	#3	#4	#5	#6
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	01	02	03	04	01	02
Interação entre administrações local e regionais	0	0	0	0	0	0
Interação e compatibilização com amas e planos	↗	↗	↗	0	0	0
Interação às alterações das bases de referência	0	↗	0	↗	↗	↗
Complemento limitado e disperso do marinho	→	→	→	→	→	→
Últiplo sustentável das águas marinhas e criação sinergias	→	↗	→	0	↗	↗

tos de análise associados a orientações gerais do Plano de Situação

Interação entre administrações local e regionais	0	0	0	0	0	0	0	↗	0	0	↗
Interação e compatibilização com amas e planos	↗	↗	↗	0	0	0	0	0	0	0	0
Interação às alterações das bases de referência	0	↗	0	↗	↗	↗	↗	0	↗	0	0
Complemento limitado e disperso do marinho	→	→	→	→	→	→	→	0	0	0	0
Últiplo sustentável das águas marinhas e criação sinergias	→	↗	→	0	↗	↗	↗	0	↗	0	0

tos de análise associados aos usos privativos do espaço marítimo

Uso mineralógico	↗	↗	↗	↗	↗	↗	↗	↗	↗	0	0
Zenamento de carbono	→	→	→	0	0	0	0	→	↗	0	0

constitui uma oportunidade para o critério em avaliação

→

não constitui nem risco nem oportunidade

constitui um risco para o critério em avaliação

↗ ↗

---

## Diapositivo 28

**DC8**      Dividir em dois slides e a cor cinzenta não tem leitura  
DSAS Convocados; 26-02-2018

# PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

FCD	#1	#2	#3	#4	#5	#6
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	01	02	03	04	01	02
tos de análise associados a condicionantes de proteção a usos comuns	0	1	1	1	0	0
has de empréstimo (existentes eenciais)	1	1	0	0	0	0
tos de análise associados aos usos privativos do espaço marítimo	0	0	0	0	0	0
ultura	0	0	0	0	0	0
associada a infraestruturas	0	0	0	0	0	0
nologia marinha	0	0	0	0	0	0
sos minerais não metálicos	1	1	0	0	0	1
ias Renováveis	1	1	1	1	1	0

**PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA**

los de análise associados aos usos privativos do espaço marítimo

## PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

Um modo geral é expectável que o Plano de Situação venha favorecer oportunidades no envolvimento de atividades que, respeitando o meio marinho, catalisem a **economia do mar e** ;equentemente a economia nacional.

nálise e avaliação estratégica evidencia:

- › esforço de cumprimento dos princípios de **cooperação e coordenação**, gestão integrada, gestão adaptativa; abordagem precaucional;
- › esforço de convergência e coerência na adoção de metodologias de ordenamento do espaço marítimo, alvaguardando as especificidades e os interesses regionais;
- › articulação e compatibilização com programas e planos territoriais (ex. combate à erosão costeira através c identificação de manchas de empréstimo destinadas à alimentação artificial da zona costeira);
- › carácter flexível do Plano;
- › favorecimento do uso múltiplo do espaço marinho e promoção de **sinergias**, o que permite maximizar as potencialidades económicas e diminuir a competição pelo espaço;

---

## Diapositivo 31

**DC9** Colocar animação, tem muito texto.  
DSAS Convídados; 26-02-2018

# PARTE 2 | ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

DC1

nálise e avaliação estratégica evidencia:

› concentração de atividades pode potenciar a ocorrência de **efeitos cumulativos negativos** e aumentar o de ocorrência de acidentes;

**acunas no conhecimento** (meio marinho e impacte de determinadas atividades);

› **partilha de informação** através do geoportal;

› preocupação em salvaguardar o **uso e fruição comum** do espaço marítimo;

, **distanciamento à costa** (faixa de proteção), beneficiando o BEA e as atividades marítimo-turísticas, e minimizando a ocorrência de acidentes;

**acunas face a alguns FCD: Defesa e Vigilância, Alterações Climáticas e Cooperação;**

**incertezas** na atribuição de responsabilidades associadas às **boas práticas**, bem como na obrigatoriedade implementar.



# RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR | PARTE 3

## PARTE 3 | MONITORIZAÇÃO

### 10. Monitorização

10.1. Medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos no ambiente

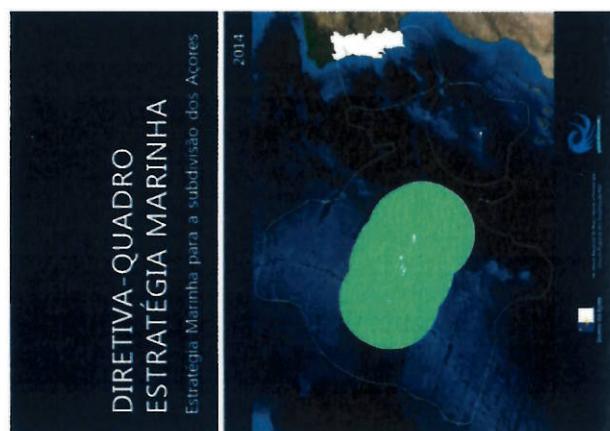
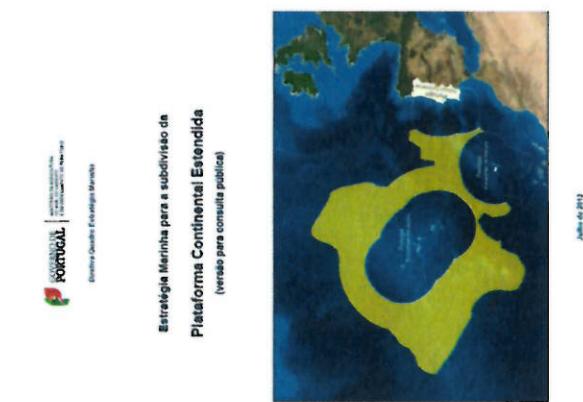
10.2. Medidas de controlo

10.3. Quadro de governança

## **PARTE 3 | MEDIDAS DESTINADAS A PREVENIR, REDUZIR E ELIMINAR EFEITOS ADVERSOS NO AMBIENTE**

■ ...

# PARTE 3 | MEDIDAS DE CONTROLO



# PARTE 3 | QUADRO DE GOVERNANÇA

- O sucesso da implementação do Plano de Situação não dependerá apenas das entidades responsáveis pela sua elaboração – a DGRM, DROTA e DRAM – mas também da cooperação entre as várias entidades, no âmbito das respectivas competências, e da eficácia dos diálogos institucionais estabelecidos.

nistério do Mar (DGRM, DGPM, IPMA, EMEPC)	RAM
nistério do Ambiente (APA, ICNF, CCDR)	RAM
nistério dos Negócios Estrangeiros (DGPE)	RAM
nistério da Defesa Nacional (AMN, IH)	RAM
nistério da Economia (Turismo de Portugal, DGEG, ENMC)	RAM
nistério Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CO)	RAM
nistério da Cultura (DGPC)	RAM
nistério da Administração Interna (GNR)	RAM
nistério do Planeamento e das Infraestruturas (IMT)	RAM

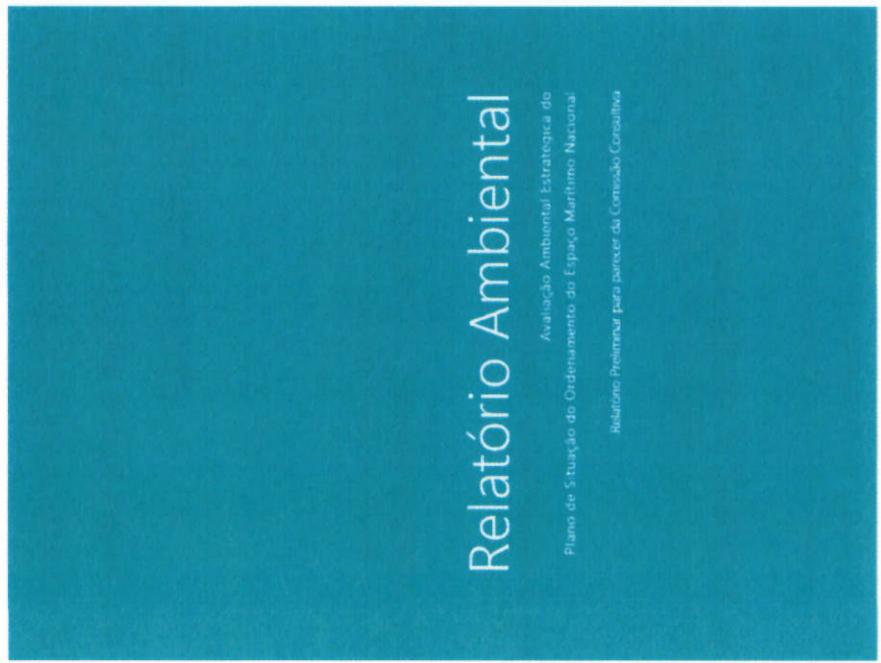
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia  
(DRAM, DRP)

Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo  
(DRA)

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais  
(DROTA, IFCN)

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas (DRAP)

# RELATÓRIO AMBIENTAL

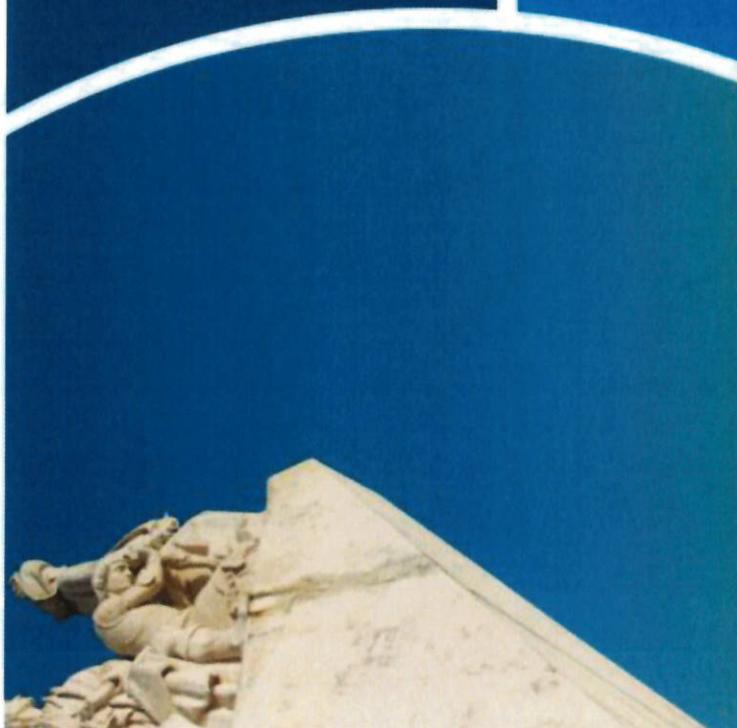


Anexo I - Práticas de AAE aplicadas ao ordenamento do espaço marí

Anexo II - Quadro de Referência Estratégico aprofundado

## Parecer da Comissão da Consultiva sobre o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo

- Próximos passos



**Despacho n.º 11494/2015, artigo 13.º**

- 1 — Concluído o projeto de plano de situação e o correspondente relatório ambiental, estes devem ser formalmente enviados pela DGRM ao Presidente da CC, para apreciação pela Comissão, tendo em vista a elaboração do parecer final.
- 2 — A CC emite o parecer final no prazo de 30 dias a contar da data de submissão do projeto de plano de situação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, nos termos do n.º 8 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março.

→ *O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado, por igual período, mediante parecer fundamentado da comissão consultiva, atendendo à complexidade do projeto de plano de situação.*
- 3 — No caso de algum membro da CC discordar expressa e fundamentadamente das propostas do plano de situação há lugar à realização de reunião de concertação, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, antes da emissão do parecer final da CC.

## Decreto-Lei n.º 38/2015, n.º 6, artigo 14.º

### Parecer Final da Comissão Consultiva

A comissão consultiva elabora o parecer final não vinculativo sobre o projeto de plano de situação que lhe seja submetido pela entidade responsável pela elaboração do plano, o qual deve conter:

- a) Avaliação sobre a adequação e suficiência do conteúdo material e documental do projeto de plano de situação;
- b) Avaliação da conformidade do projeto do plano de situação com os objetivos enunciados no n.º 2 do artigo 4.º;
- c) Compatibilidade com os programas e planos territoriais;
- d) Recomendações.

## Despacho n.º 11494/2015 n.º 5, artigo 13.º, Anexo I

Os representantes das entidades com responsabilidades ambientais específicas emitem ainda parecer sobre o relatório ambiental.

**2018**

**JANEIRO**

SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SAB
1		1	2	3	4	5
2	7	8	9	10	11	12
3	14	15	16	17	18	19
4	21	22	23	24	25	26
5	28	29	30	31		

**FEVEREIRO**

SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SAB
			5		1	2
		6	4	5	6	7
	7	11	12	13	14	15
	14	15	16	17	18	19
	21	22	23	24	25	26
	28	29	30	31		

**MARÇO**

SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SAB
	9				1	2
	10	4	5	6	7	8
	11	11	12	13	14	15
	18		19	20	21	22
	25		26	27	28	29
	31					

**MAIO**

SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SAB
	18		1	2	3	4
	19	6	7	8	9	10
	20	13	14	15	16	17
	21	20	21	22	23	24
	28	27	28	29	30	31

**JUNHO**

SEM	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SAB
	22				1	2
	23	3	4	5	6	7
	24	10	11	12	13	14
	25	17	18	19	20	21
	26	24	25	26	27	28
	30					

Emissão de parecer, 30 dias úteis

- Receção do PSOEM > 2 de março
- Envio do PSOEM > 5 março
- 6 março a 17 abril

## PROCESSO ↑ 6 março a 17 abril

### Primeiro terço do prazo: Reunião CC

- Avaliação preliminar
- Discordância expressa sobre a proposta de plano
- Discussão do prazo
- Definição dos termos dos pareceres das entidades
- Grupo de redação
- Calendarização

19 de março

### Segundo terço do prazo: Pareceres setoriais

- Emissão dos pareceres das entidades

4 de abril

### Terceiro terço do prazo: Parecer Final

- Preparação e envio da proposta de parecer final
- Redação final do parecer final
- Reunião da Comissão

16 de abril